



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

CNPJ nº 03.758.318/0001-24

NIRE nº 33.3.002.6.520-1

Código CVM 18775

COMPANHIA ABERTA

Em cumprimento ao disposto nos artigos 21, VIII e 30, II da Instrução CVM nº 480/2009 e visando à instrução dos Acionistas quanto às matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.- INVEPAR ("Companhia") a serem realizadas cumulativamente em 29.04.2019, conforme Edital de Convocação publicado de acordo com o art. 124 da Lei nº 6.404/76, disponibiliza-se nesse documento as informações previstas nos artigos 9º, 10 e 12 da Instrução CVM 481/2009.

SUMÁRIO

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO A SER SUBMETIDA À APROVAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SEREM REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 29 DE ABRIL DE 2019.....	3
II. DOCUMENTOS ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009.....	5
(a) COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA).....	5
(b) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2018 (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09).....	56
(c) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ITENS 12.05 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA):	57
(d) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ITENS 12.05 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	67
(e) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	67

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO A SER SUBMETIDA À APROVAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SEREM REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 29 DE ABRIL DE 2019.

Com relação às matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia a serem realizadas cumulativamente em 29.04.19, a Administração propõe:

(i) Em Assembleia Geral Ordinária:

(a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2018.

A administração propõe que os acionistas apreciem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018 e aprovem os referidos documentos, publicados pela Companhia nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, conforme recomendação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em reuniões realizadas em 27.03.2019.

(b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2018.

A Administração propõe que o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apurado pela INVEPAR, no montante líquido de R\$ 323.956.697,60, seja destinado para a conta de prejuízos acumulados.

(c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Desta forma, a administração propõe a eleição das seguintes pessoas para compor o Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicações recebidas de seus acionistas:

- (i) **Edison Carlos Fernandes**, como membro titular, sendo seu suplente **Mauro César Medeiros de Mello**;
- (ii) **Sidney Passeri**, como membro titular, sendo sua suplente **Cristina Fontes Doherty**;

As informações detalhadas sobre os indicados acima encontram-se anexas à presente Proposta.

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:

(a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal.

A administração propõe o montante global e anual de até R\$ 28.886.645,80 (vinte e oito milhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) para a remuneração dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria). Adicionalmente, a administração propõe um montante global e anual de até R\$ 599.155,20 (quinhentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) para a remuneração do Conselho Fiscal da Companhia.

(b) Ratificação da nomeação de membro titular do Conselho de Administração da Companhia

Considerando que a nomeação da Sra. Maria Carmen Westerlund Montera foi realizada pelo Conselho de Administração em 31/01/2019 na forma do art. 150 da Lei nº 6.404/76, é proposta sua ratificação pela Assembleia Geral da Companhia.

(c) Eleição de membros para o Conselho de Administração

A Administração propõe a aprovação da eleição dos membros abaixo indicados para as posições de membro suplente do Conselho de Administração atualmente vagas:

- i) Eleição do Sr. Marcelo Resende Allain, como membro suplente, estando vago o cargo de seu respectivo Titular; e
- ii) Eleição do Sr. Olivier Michel Colas, como membro suplente do Sr. Maria Carmen Westerlund Montera.

As informações detalhadas sobre os indicados acima encontram-se anexas à presente Proposta.

(d) Eleição de Presidente e Vice-Presidente para o Conselho de Administração.

A Companhia aguarda a indicação de seus acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

A Administração.

II. DOCUMENTOS ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

(a) COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA).

10.1 - Comentários dos Administradores sobre as condições financeiras da Companhia

Neste item 10.1 serão apresentadas informações contábeis e gerenciais da Companhia, ambas de forma consolidada. As informações contábeis foram extraídas das demonstrações contábeis da Companhia. As demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016 foram elaboradas em conformidade com as regras de consolidação previstas no CPC 36, em vigor desde 1º de janeiro de 2013. Em virtude disso, GRU Airport, concessionária controlada pela Companhia na qual detinha o mesmo percentual de seu capital social, 40,8%, em 2018, 2017 e 2016, apresenta suas demonstrações contábeis 100% consolidadas, enquanto as demonstrações contábeis da coligada CRT e das controladas em conjunto CBN, CRA, VLT e ViaRio estão refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método da equivalência patrimonial.

As análises dos Diretores que esclarecem os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas de resultado patrimoniais e de fluxo de caixa constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis na situação financeira da Companhia. Os Diretores não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 2018, 2017 e 2016 foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS") e auditadas por auditores independentes.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Invepar encerrou 2018 com 11 concessões, 8 no segmento de rodovias, 2 em mobilidade urbana e 1 aeroporto, o GRU Airport. O prazo médio remanescente dessas concessões, ao final de 2018, era de 20,8 anos. Em 2016, a Companhia vendeu suas operações no Peru (Linea Amarilla S.A.C. - LAMSAC). Desde então, a Companhia concentra seus ativos no Brasil. Dessa forma, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do País, em especial pelas taxas de juros, inflação, crescimento do produto interno bruto (PIB), indicadores de emprego e renda, políticas macroeconômicas e sociais dentre outros fatores.

Indicadores Selecionados	2018	2017	2018 x 2017	2016	2017 x 2016	2015	2016 x 2015
Receita Líquida de Serviços - R\$ Milhões	3.946,1	3.691,2	254,8	3.470,6	220,6	3.122,8	347,8
Caixa e Equivalentes de Caixa - R\$ Milhões	1.109,2	835,1	274,1	655,3	179,8	212,8	442,5
Capital Circulante Líquido	(2.626,4)	(2.495,4)	(131,0)	(2.345,7)	(149,7)	(3.794,6)	1.448,9
Dívida Bruta - R\$ Milhões	23.726,4	23.262,9	463,5	23.002,6	260,3	25.796,9	(2.794,3)

A receita líquida de serviços da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 era de R\$ 3.946,1, R\$ 3.691,2 milhões e R\$ 3.470,6 milhões, respectivamente. Na opinião dos diretores, a evolução do resultado é consequência da melhor performance operacional, especialmente no segmento de Aeroporto, além dos reajustes tarifários contratuais anuais.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 eram representados pelos montantes de R\$ 1.109,2 milhões, R\$ 835,1 milhões e R\$ 655,3 milhões, respectivamente. A posição de caixa e equivalentes de caixa, segundo os diretores, aumentou principalmente pelas novas captações de recursos e maior geração de caixa no período.

O capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com os diretores, refere-se, principalmente, ao capital circulante líquido apresentado pela Concessionária BR-040 S.A. - VIA040 e pela Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., conforme detalhado abaixo:

- Em 31 de dezembro de 2018, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$915,4 milhões, devido ao financiamento de curto prazo no montante de R\$878,5 milhões com o BNDES. O vencimento original do empréstimo PONTE firmado com o BNDES era 15 de março de 2016 e, em 31 de março de 2017, após aditamentos anteriores, foi prorrogado para 15 de junho de 2018. A VIA 040 negociou junto ao BNDES inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes.
- Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. apresentou capital circulante líquido negativo, o qual poderá permanecer negativo por alguns períodos do ano, principalmente pelo reconhecimento da parcela anual da Outorga Fixa a pagar que tem natureza de curto prazo. Esse comportamento do capital circulante líquido é característico do negócio e tende a encontrar o equilíbrio em função da realização de seus resultados operacionais nos meses que seguem após o pagamento da obrigação de curto prazo, além do alcance da maturidade do negócio. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. apresenta capital circulante líquido negativo de R\$1.154,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia apresentou, em seu resultado consolidado, passivos circulantes superiores aos ativos circulantes nos montantes de R\$ 2.626,4 milhões, R\$ 2.495,4 milhões e R\$ 2.345,7 milhões, respectivamente. Segundo a diretoria, o motivo para isso está, principalmente, nos vencimentos de curto prazo nas linhas de Empréstimos e Financiamento e de Debêntures.

O endividamento bruto da Companhia, representado pelo passivo circulante e o passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, eram de R\$ 23.726,4 milhões, R\$ 23.262,9 milhões e R\$ 23.002,6 milhões, respectivamente. A diretoria esclarece que, com exceção da holding que emitiu debêntures com vencimento no curto prazo e da via040 conforme pontuado acima, nos três últimos exercícios sociais, as demais empresas do grupo Invepar deram preferência às captações de recursos de longo prazo mediante financiamentos junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ("BNDES"), emissão de debêntures não conversíveis em ações e empréstimos de longo prazo, com o objetivo de alongar o perfil da dívida, visando equalizar o capital circulante líquido.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital (em milhares de reais):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Endividamento bruto	23.726,43	23.262,90	23.002,60
Total de caixa e equivalente de caixa	1.109,2	835,1	655,3
Endividamento líquido	22.617,22	22.427,80	22.347,30
Patrimônio líquido	1.791,7	2.226,30	2.579,30

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a estrutura de capital da Companhia era respectivamente composta por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital próprio	7,02%	8,73%	10,49%
Capital de terceiros	92,98%	91,27%	89,51%

As captações externas são vinculadas aos procedimentos de gestão de recursos em que não há exposição desnecessária dos seus ativos. Além disso, a Companhia realiza um contínuo acompanhamento de mercado para melhorar as condições de suas negociações.

Hipóteses de resgate: Os Diretores informam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em seu Estatuto Social prevendo tal possibilidade.

Fórmula de cálculo do valor de resgate: Os Diretores informam que não há uma fórmula de cálculo do valor de resgate, uma vez que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em seu Estatuto Social prevendo tal possibilidade.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizavam, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 era de R\$ 1.109,2 milhões, R\$ 835,1 milhões e R\$655,3 milhões, respectivamente.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dívida - Curto prazo			
Empréstimos e financiamentos	1.264.254	1.498.309	1.337.684
Debêntures	982.684	1.295.951	231.789
Dívida - Longo Prazo			
Empréstimos e financiamentos	3.297.251	3.641.742	3.916.928
Debêntures	3.751.956	3.053.986	3.067.946
Caixa e equivalente de caixa	1.109,2	835,1	655,3
Ebtida Ajustado	2.171,0	1.991,6	4.162,9
Dívida líquida/Ebtida	3,65	4,20	1,84

Ao longo dos últimos anos, a Companhia reduziu de forma significativa sua alavancagem medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. No entanto, os Diretores acreditam ainda ser necessários alongar o passivo de curto prazo, especialmente os financeiros, buscando reperfilamento da dívida em prazo e condições adequadas as expectativas de geração de caixa e execução do plano de negócios.

As principais fontes de recursos da Companhia são (a) o caixa gerado por meio das atividades operacionais desenvolvidas por suas controladas e coligadas, (b) empréstimos, financiamentos e emissão de valores mobiliários; e (c) aportes de capital de seus acionistas controladores. De 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018, a Companhia contraiu empréstimos para financiar o início das atividades operacionais de suas controladas e coligadas, para realizar a aquisição do direito de outorga de concessões e para capital de giro.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, o EBITDA (conforme abaixo definido) da Companhia totalizou R\$ 2.145,0 milhões, R\$ 1.991,6 milhões e R\$ 4.162,9 milhões, respectivamente. O EBITDA consiste no lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o acréscimo da participação minoritária, do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos das receitas (despesas) financeiras líquidas, depreciação e amortização.

Além do EBITDA, a Companhia utiliza o EBITDA Ajustado, o qual consiste no EBITDA da Companhia, excluindo-se a margem de construção (diferença entre a receita de construção e o custo de construção) e a provisão para manutenção. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 o EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$ 2.171,1 milhões, R\$ 1.992,0 milhões e R\$ 4.165,5 milhões, respectivamente. Em 2016, o EBITDA Ajustado desconsiderando o efeito da venda da LAMSAC totalizou R\$ 1.816,8 milhões.

Para mais informações sobre o EBITDA e o EBITDA Ajustado da Companhia, vide Relatório da Administração.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

De 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018, a Companhia financiou suas atividades, especialmente para a implantação e manutenção dos seus projetos e de suas controladas e coligadas, bem como para o cumprimento de seus respectivos objetivos sociais, por meio de captação de recursos através de contratos financeiros de curto, médio e longo prazo firmados com instituições financeiras de primeira linha, emissão de valores mobiliários, tais como debêntures e debêntures conversíveis, além de receita decorrente do fluxo de caixa operacional das controladas e coligadas.

Para maiores informações acerca dos principais contratos financeiros da Companhia, vide item 10.1 "f".

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores da Companhia também avaliam, frequentemente, novas oportunidades de negócio, e podem vir a financiar tais investimentos com o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, com o caixa gerado pelas operações da Companhia, com a contratação de empréstimos e financiamentos, bem como pela combinação de tais mecanismos.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, de R\$ 2.626,4 milhões, R\$ 2.495,4 milhões e R\$ 2.345,7 milhões, respectivamente. Os Diretores informam que, caso seja necessário, a Companhia pode buscar as fontes de recursos citadas no item 10.1 "c" acima, além de desinvestimentos como soluções de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Posição de Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela abaixo nas datas indicadas foram preparados e estão sendo apresentados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

	2018	2017	2016
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.264.254	1.498.309	1.337.684
Debêntures	982.684	1.295.951	231.789
	<u>2.246.938</u>	<u>2.794.260</u>	<u>1.569.473</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	3.297.251	3.641.742	3.916.928
Debêntures	3.751.956	3.053.986	3.067.946
	<u>7.049.208</u>	<u>6.695.728</u>	<u>6.984.874</u>
Total			
Empréstimos e financiamentos	4.561.505	5.140.051	5.254.612
Debêntures	4.734.640	4.349.937	3.299.735
	<u>9.296.146</u>	<u>9.489.988</u>	<u>8.554.347</u>

Endividamento por Empresas:

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2018	31/12/2017
CART	BNDES e outros	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2,45%	(b)	141.158	430.779	571.935	682.839
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	23.006	984.103	1.007.109	989.651
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(6.118)	(33.950)	(40.067)	(45.216)
CLN	BNB II	Real	dez-24	CDI	4,12%	(b)	4.756	23.666	28.421	32.573
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(49)	(118)	(166)	(223)
GRU AIRPORT	BNDES e outros	Real	dez/18 a dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	176.564	2.531.413	2.707.976	2.900.880
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	66.219	672.706	738.925	747.754
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(945)	(5.828)	(6.773)	(7.732)
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	10%	(b) e (e)	32.227	239.016	271.243	308.407
LAMSA	ITAU/SANTANDER	Real	mar-20	USD	-	(b)	15.560	7.604	23.164	52.122
LAMSA	(-) Custo de captação	Real	mai-27	USD	-	-	-	-	-	(39)
METRÓRIO	BNDES	Real	out-24	TJLP	1,72% e 1,92%	(b) e (d)	36.945	174.706	211.650	246.520
METRÓRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	-	-	-	267
METRÓRIO	Caixa Econômica	Real	jun-34	TR	7,80%	(b) e (d)	10.878	223.620	234.499	243.814
METRÓRIO	Capital de giro	Dólar	mar-18	-	-	(a)	-	-	-	110.929
METRÓRIO	Debêntures	Real	set-21	CDI	3%	(a)	42.374	550.000	592.373	-
METRÓRIO	Debêntures e NP	Real	mai-18	CDI	3,10%	(a)	-	-	-	282.129
METRÓRIO	BB	Real	ago-18	CDI	17,57%	(a)	-	-	-	18.000
METRÓRIO	(-) Custo de captação	Real	jun-34	-	-	-	(510)	(5.467)	(5.977)	(594)
METROBARRA	Debêntures	Real	dez-29	TR	9,19%	x	38.610	952.037	990.648	1.008.955
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	dez-29	-	-	-	(156)	(1.553)	(1.709)	(1.866)
VIA040	BNDES	Real	mai/19 e out/24	TJLP	2% a 6%	(c)	916.486	6.134	922.620	964.729
VIA040	(-) Custo de captação	Real	mai-19	-	-	-	(37.973)	-	(37.973)	(11.320)
INVEPAR	Debêntures	Real	mar/19 e out/24	IPCA	12%	(b)	788.279	439.323	1.227.602	1.104.878
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	mar/19 e out/24	-	-	-	(371)	-	(371)	-
							<u>2.246.938</u>	<u>7.188.192</u>	<u>9.435.129</u>	<u>9.627.457</u>
				Aplicação financeira vinculada			-	(138.984)	(138.984)	(137.469)
				Total dívida líquida			<u>2.246.938</u>	<u>7.049.208</u>	<u>9.296.145</u>	<u>9.489.988</u>

Onde:

- Sem Garantia.
- Garantia de Projeto (representado pelo "i")
- Fiança Bancária.
- Fiança ou Aval do Acionista.
- Fiança de uma subsidiária.

i - Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

Abaixo estão descritas as dívidas mais relevantes do grupo contratadas ou emitidas nos 3 últimos exercícios sociais:

Em 2018:

- a) A Controlada da Companhia, MetrôRio, realizou, em 12 de março de 2018, a 8ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional real, não conversíveis em ações e série única. A emissão conta com fiança da Controlada e cessão fiduciária de parte da receita do MetrôRio como garantia, conforme detalhado na escritura. A emissão totalizou o montante de R\$ 550 milhões e o prazo de vencimento é de 5 anos contados da data da emissão, ou seja, 13 de março de 2023. As debêntures possuem remuneração de CDI +3,1% a.a. Os juros são pagos anualmente, entre a data da emissão até o 24º mês, sendo os pagamentos devidos no dia 12 de março de 2019 e no dia 12 de março de 2020, e, mensalmente, a partir do 25ª mês, sempre no dia 12 de cada mês, sendo o primeiro em 12 de abril de 2020. A amortização do principal ocorrerá em 36 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização no 25º mês contados a partir da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do valor principal mais os juros menos o custo incorrido na emissão das debêntures era de R\$592,4 milhões.

Em 2017:

- a) Para fazer frente aos recursos necessários para manutenção das despesas operacionais e realização, direta ou indiretamente, de aportes de capital, via aumento de capital social e/ou AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital social em suas controladas e/ou controladas em conjunto, a Invepar realizou, em 11 de dezembro de 2017, a 4ª emissão de debêntures, da espécie quirografária, com garantia real adicional, conversíveis em ações ordinárias e preferenciais e série única. A emissão totalizou o montante de R\$ 650,0 milhões e o prazo de vencimento era de 12 meses contados da data da emissão, ou seja, 11 de dezembro de 2018, porém, em 10 de dezembro de 2018, foi realizada uma AGD que deliberou a postergação do vencimento para 11 de março de 2019 e determinou a criação de pagamento de remuneração em 11 de dezembro de 2018, sendo o pagamento da remuneração em reais no valor de R\$ 17,3 milhões e o saldo restante capitalizado. Em 08 de março de 2019, foi realizada nova AGD postergando o vencimento para 11 de abril de 2019.

As debêntures possuem juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 14,9649% a.a. A amortização do principal ocorrerá em parcela única na data do vencimento. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do valor principal mais os juros menos o custo incorrido na emissão das debêntures era de R\$ 996, 7 milhões (R\$765,6 milhões em 31 de dezembro de 2017). Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram utilizados para cumprir com as obrigações financeiras da Companhia.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Os Diretores informam que nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia, no curso normal dos seus negócios, criou e manteve relacionamento comercial com as principais instituições financeiras atuantes no país, respeitando-se as regulamentações aplicáveis aos mercados de capitais, bancário e de seguros. As relações estabelecidas entre a Companhia e as instituições estão descritas neste Formulário de Referência. Portanto, não há outras relações de longo prazo estabelecida com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei.

(iv) eventuais restrições impostas à companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a companhia vem cumprindo essas restrições

Empresas	Covenants	2016	2017	2018
LAMSA	EBITDA / Resultado Financeiro ($\geq 1,5$)		6,77	11,31
	Dívida Líquida / EBITDA LTM ($\leq 2,0$)		1,19	0,80
	ICSD ($\geq 1,3$)		2,0	1,45
CART	Patrimônio Líquido / Ativo ($> 20\%$)	22,2%	23,16%	26,05%
	ICSD ($\geq 1,2$)	1,22	1,34	1,26
Metrô Rio	EBITDA / Resultado Financeiro Líquido ($\geq 2,00$)		2,25	2,34
	Dívida Líquida / EBITDA ($\leq 3,5$) *		3,26	N/A
	Dívida Líquida / EBITDA **	N/A	N/A	3,37
	ICSD ($\geq 1,0$)		1,3	1,37
Metrô Barra	ICSD ($\geq 1,3$)	N/A	1,85	2,07
Invepar	Capital Social/(Dívida Líquida + Capital Social) ($\geq 20\%$)		89%	79,66%

*Dívida quitada em mar/2018

**Dívida contratada em mar/2018, com os seguintes limites para cada ano 2018: $\leq 4,8$; 2019: $\leq 3,5$; e demais anos: $\leq 3,0$

Não houve quebra de *Covenants* em 31 de dezembro de 2018, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Seguem abaixo as principais restrições dos contratos de financiamento:

Devido principalmente aos contratos de financiamento de longo prazo as empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

As empresas Invepar, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

As empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, GRU, CLN e Via040 possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. As empresas Invepar, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU e Via040 possuem

cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou emissões.

As empresas Invepar, CART, LAMSA e MetrôBarra possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa	Rating limite
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

2018

TOMADOR	Divida	Valor contratado (R\$ mil)	% Liberado	% a liberar
INVEPAR	3ª emissão de debêntures	313.740	100%	0%
INVEPAR	4ª emissão de debêntures	650.000	100%	0%
LAMSA	2ª emissão de debêntures	386.722	100%	0%
LAMSA	Lei 4131 - Santander	50.000	100%	0%
CLN	BNB	35.610	100%	0%
CART	2ª emissão de debêntures	750.000	100%	0%
CART	BNDES	1.052.243	99%	1%
Via040*	BNDES	965.750	91%	0%
Via040	BB	12.026	100%	0%
METRÔ RIO	BNDES	422.410	100%	0%
METRÔ RIO	CEF	240.000	100%	0%
METRÔ RIO	8ª emissão de debêntures	550.000	100%	0%
METRÔBARRA	Debêntures de Longo Prazo	932.861	100%	0%
GRU AIRPORT	CCB - Daycoval	30.000	100%	0%
GRU AIRPORT	BNDES	3.477.300	80%	20%
GRU AIRPORT	2ª emissão de debêntures	300.000	100%	0%
GRU AIRPORT	3ª emissão de debêntures	300.000	100%	0%

* apesar do contrato ainda não ter sido 100% liberado, foi acordado com o BNDES e os fiadores que não haverá novas liberações.

2017

TOMADOR	Divida	Valor contratado (R\$mil)	% Liberado	% a liberar
INVEPAR	3ª emissão de debêntures	313.740	100%	0%
INVEPAR	4ª emissão de debêntures	650.000	100%	0%
LAMSA	2ª emissão de debêntures	386.722	100%	0%
Lamsa	Lei 4131 -Itaú	50.000	100%	0%
LAMSA	Lei 4131 - Santander	50.000	100%	0%
CLN	BNB	35.610	100%	0%
CART	2ª emissão de debêntures	750.000	100%	0%
CART	BNDES	1.052.243	99%	1%
Via040*	BNDES	965.750	91%	0%
Via040	BB	12.026	100%	0%
METRÔ RIO	BNDES	422.410	100%	0%
METRÔ RIO	CEF	240.000	100%	0%
METRÔ RIO	FINEP	21.500	100%	0%
METRÔ RIO	BB	18.000	100%	0%
METRÔ RIO	4131- Citibank	140.000	100%	0%
METRÔ RIO	6ª emissão de debêntures	210.000	100%	0%
METRÔ RIO	7ª emissão de debêntures	100.000	100%	0%
METRÔBARRA	Debêntures de Longo Prazo	932.861	100%	0%
GRU AIRPORT	CCB - Daycoval	30.000	100%	0%
GRU AIRPORT	CEF	50.000	100%	0%
GRU AIRPORT	BNDES	3.477.300	80%	20%
GRU AIRPORT	2ª emissão de debêntures	300.000	100%	0%
GRU AIRPORT	3ª emissão de debêntures	300.000	100%	0%

* apesar do contrato ainda não ter sido 100% liberado, foi acordado com o BNDES e os fiadores que não haverá novas liberações.

2016

TOMADOR	Divida	Valor contratado (R\$mil)	% Liberado	% a liberar
INVEPAR	3ª emissão de debêntures	313.740	100%	0%
INVEPAR	Banco do brasil	10.000	0%	100%
LAMSA	2ª emissão de debêntures	386.722	100%	0%
LAMSA	Lei 4131 -Itaú	50.000	100%	0%

LAMSA	Bradesco	20.000	0%	100%
LAMSA	Lei 4131 - Santander	50.000	100%	0%
CLN	Bradesco	4.000	0%	100%
CLN	BNB	75.454	100%	0%
CART	2ª emissão de debêntures	750.000	100%	0%
CART	Bradesco	30.000	0%	100%
CART	BNDES	1.052.243	99%	1%
Via040*	BNDES	965.750	91%	0%
Via040	BB	12.026	100%	0%
METRÔ RIO	BNDES	474.576	100%	0%
METRÔ RIO	CEF	240.000	100%	0%
METRÔ RIO	FINEP	21.500	100%	0%
METRÔ RIO	4131- Citibank	140.000	100%	0%
METRÔ RIO	6ª emissão de debêntures	210.000	100%	0%
METRÔ RIO	7ª emissão de debêntures	100.000	100%	0%
METRÔBARRA	Debêntures de Longo Prazo	932.861	100%	0%
GRU AIRPORT	CEF	50.000	100%	0%
GRU AIRPORT	BNDES	3.477.300	78%	22%
GRU AIRPORT	2ª emissão de debêntures	300.000	100%	0%
GRU AIRPORT	3ª emissão de debêntures	300.000	100%	0%
* apesar do contrato ainda não ter sido 100% liberado, foi acordado com o BNDES e os fiadores que não haverá novas liberações.				

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis:

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercício Social Encerrado em 2018

A tabela abaixo indica comparação das demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	2018	A.V. %	2017	A.V. %	2018/2017 Var. %
Receita de serviços	3.946.077	94,64%	3.691.236	91%	6,90%
Receita de construção	223.529	5,36%	376.288	9%	-40,60%
Receita líquida	4.169.606	100,00%	4.067.524	100%	2,51%
Custo de serviços	(2.389.530)	-57,31%	(2.251.345)	-55%	6,14%
Custo de construção	(221.291)	-5,31%	(372.942)	-9%	-40,66%
Lucro bruto	1.558.786	37,38%	1.443.236	35%	8,01%
Despesas gerais e administrativas	(556.814)	-13,35%	(587.616)	-14%	-5,24%
Equivalência patrimonial	(153)	0,00%	(4.348)	0%	-96,47%
Outras despesas/receitas operacionais	(76.285)	-1,83%	2.284	0%	-3439,95%
Result. antes das rec. e desp. financeiras	925.533	22,20%	853.557	21%	8,43%
Receitas financeiras	260.304	6,24%	138.145	3%	88,43%
Despesas financeiras	(1.917.421)	-45,99%	(1.688.238)	-42%	13,58%
Resultado antes dos impostos	(731.584)	-17,55%	(696.536)	-17%	5,03%
Imposto de renda e contribuição social	297.489	7,13%	(160.946)	-4%	-284,84%
Lucro líquido do exercício operações continuadas	(434.094)	-10,41%	(857.482)	-21%	-49,38%
Atribuível aos acionistas não controladores	(158.156)	-3,79%	(375.868)	-9%	-57,92%
Atribuível aos acionistas controladores	(275.938)	-6,62%	(481.615)	-12%	-42,71%
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	(108)		(1.015)		-89,36%
Lucro líquido do exercício	(434.202)		(858.497)		-49,42%
Atribuível aos acionistas não controladores	(110.239)		(375.868)		-70,67%
Atribuível aos acionistas controladores	(323.963)		(482.630)		-32,88%

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Receita líquida de serviço

A receita líquida de serviços passou de R\$ 3.691,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.946,0 milhões em 31 de dezembro 2018, ou seja, um aumento de R\$ 255,0 milhões, ou 6,9%. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

	2018	2017
(Em milhares de reais)		
Segmento Rodovias	977.893	965.391
Segmento Aeroportos	2.024.656	1.765.619
Segmento Mobilidade Urbana	943.527	960.226
Total	3.946.077	3.691.236

Segmento de Rodovias: Crescimento de R\$ 12,5 milhões (+1,3%) em relação a 2017, principalmente por reajustes tarifários concedidos ao longo do ano de 2018; reajustes dos contratos das receitas não tarifárias na V040; e inclusão de um novo contrato com uma Telefônica.

Segmento de Aeroportos: Crescimento de R\$ 259,0 milhões (+14,7%) em relação ao ano anterior, principalmente por:

- Reajuste tarifário praticado em taxas de embarque para passageiros nacionais e internacionais;
- Aumento de 26% na receita de carga Exportada, motivada principalmente pelo início da cobrança de armazenagem aos domingos, iniciada em julho de 2018;

- Crescimento de 90% na receita de serviços aos passageiros (R\$ +23,5MM), resultado dos novos contratos comerciais incluindo os contratos de aplicativos de transportes;
- A receita de combustíveis cresceu 19% em função do aumento de movimentos de aeronaves e reajuste anual da tarifa por m³;
- O aumento de passageiros também apresentou reflexo direto na receita de estacionamento, que apresentou crescimento de 9% (R\$ +9,6MM) em relação ao ano de 2017;
- Crescimento de 30% com a receita de cargas, destaques para o resultado o início da cobrança aos sábados desde o 2º semestre de 2017; e
- Aumento significativo de carga de trânsito, impactado pela greve da receita federal

Segmento de Mobilidade Urbana: Atingiu R\$ 943,7 milhões em 2018 (-1,7%) devido, principalmente, à redução no número de passageiros no MetrôRio, explicada pela retração econômica verificada na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Receita de construção

A receita de construção passou de R\$ 376,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 223,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 152,8 milhões, ou -40,6%. Essa redução ocorreu, principalmente, em razão do (a) finalização do 6º aditivo do MetrôRio (não havendo adições ao intangível com a natureza abrangida pelo OCPC05); e (b) pela finalização de parte das obras da CART e da Via 040.

Custo dos serviços prestados e Despesas gerais e administrativas

O custo dos serviços prestados passou de R\$ 2.251,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.389,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 138 milhões, ou 6,1%. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 587,6 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 556,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essas variações ocorreram principalmente em função dos seguintes fatores:

(Em milhares de reais)	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Segmento Rodovias	657.809	604.553
Segmento Aeroportos	1.476.560	1.420.341
Segmento Mobilidade Urbana	758.415	753.238
Holding	53.714	60.834
Total	2.946.498	2.838.966
Custos dos serviços prestados	2.389.530	2.251.350
Despesas gerais e administrativas	556.968	587.616

Segmento de Rodovias: Acréscimo de 8,8% em relação ao ano anterior, principalmente pelo:

- aumento da depreciação e amortização com a ativação de novos itens e pelo impacto do sinistro ocorrido no Km 590 da Via 040; e
- incremento na CART dos gastos com a operação dos trechos duplicados na SP-225 e SP-270, com isso aumentando também o reconhecimento de Provisão para manutenção.

Segmento de Aeroportos: Acréscimo de R\$ 56,2 milhões (4%) em relação ao ano anterior, relacionado principalmente a:

- maior reconhecimento de outorga variável, acompanhando o aumento de receita no exercício;
- acréscimo em custos operacionais gerais, influenciado pelas obras necessárias para o Projeto da Sala Vip de GRU; e
- aumento com consumo de energia elétrica e reajuste da tarifa

Segmento de Mobilidade Urbana: Crescimento de R\$ 5,2 milhões (0,7%) se comparado a 2017, relacionado principalmente com:

- reajuste tarifário de energia aprovada, em março de 2018, pela Aneel (14,45%); e
- reajuste, em setembro de 2018, do contrato de fornecimento das linhas 1 e 2 (8,89%)

Custo de construção

O custo de construção passou de R\$ 376,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 223,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 152,8 milhões, ou -40,6%. Essa redução ocorreu em razão do (a) finalização do 6º aditivo do Metrôrio (não havendo adições no intangível com a natureza abrangida pelo OCPC05); e (b) finalização de parte das obras da CART e da Via 040.

Lucro bruto

Em função dos motivos explicados acima, o lucro bruto passou de R\$ 1.443,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.559,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 115,6 milhões, ou 8%.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas passaram de um saldo de despesas de R\$ 2,3 milhões em 2017 para uma despesa de R\$ 28,4 milhões, ou seja, um aumento de R\$ 30,7 milhões ou 1.342,0%, devido, principalmente, pela (i) conversão dos depósitos judiciais em favor da Lamsa referente ao processo contra a Light; (ii) contabilização de crédito de PIS/COFINS em GRU; (iii) reconhecimento, no Metrôrio, referente à energia de tração não consumida, disponibilizada para o mercado através da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE); e (iv) reconhecimento de *impairment* na Via 040.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras líquidas passaram de R\$ 1.688,2 milhões em 2017 para R\$ 1.917,4 milhões em 2018, ou seja, um aumento de R\$ 229,1 milhões, ou 13,6%. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função da contabilização do Hedge em Lambra (a partir de abril de 2018), contabilização do Hedge na Holding e despesas relacionadas as comissões bancárias referentes à rolagem de dívida na Via 040.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e da contribuição social passou de uma despesa de R\$ 160,9 milhões em 2017 para uma receita de R\$ 297,5 milhões em 2018, ou seja, um aumento de R\$ 458,4 milhões, ou 284,8%. Essa variação ocorreu principalmente pela constituição de créditos diferidos em GRU e Metrobarra.

Prejuízo do exercício

Em função dos motivos explicados acima, o prejuízo do exercício passou de R\$ 857,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (prejuízo atribuído aos acionistas controladores foi de R\$ 482,6 milhões e aos acionistas não controladores, R\$ 375,9 milhões), para um prejuízo de R\$ 434,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (prejuízo atribuído aos acionistas controladores foi de R\$ 323,9 milhões e aos acionistas não controladores, R\$ 110,2 milhões), ou seja, um decréscimo de R\$ 423,4 milhões, ou 49,4%.

Exercício Social Encerrado em 2017

A tabela abaixo indica comparação das demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	2017	A.V. %	2016	A.V. %	2017/2016 Var. %
Receita de serviços	3.691.236	90,75%	3.470.595	86%	6,36%
Receita de construção	376.288	9,25%	568.879	14%	-33,85%
Receita líquida	4.067.524	100,00%	4.039.474	100%	0,69%
Custo de serviços	(2.251.345)	-55,35%	(2.253.976)	-56%	-0,12%
Custo de construção	(372.942)	-9,17%	(561.679)	-14%	-33,60%
Lucro bruto	1.443.236	35,48%	1.223.818	30%	17,93%
Despesas gerais e administrativas	(587.616)	-14,45%	(581.966)	-14%	0,97%
Equivalência patrimonial	(4.348)	-0,11%	(2.768)	0%	57,08%
Outras receitas operacionais	2.284	0,06%	2.397.140	59%	-99,90%
Result. antes das rec. e desp. financeiras	853.557	20,98%	3.036.224	75%	-71,89%
Receitas financeiras	138.145	3,40%	327.459	8%	-57,81%
Despesas financeiras	(1.688.238)	-41,51%	(2.597.159)	-64%	-35,00%
Resultado antes dos impostos	(696.536)	-17,12%	766.524	19%	-190,87%
Imposto de renda e contribuição social	(160.946)	-3,96%	(1.045.991)	-26%	-84,61%
Lucro líquido do exercício operações continuadas	(857.482)	-21,08%	(279.467)	-7%	206,83%
Atribuível aos acionistas não controladores	(375.868)	-9,24%	(631.678)	-16%	-40,50%
Atribuível aos acionistas controladores	(481.615)	-11,84%	352.212	9%	-236,74%
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	(1.015)		56.921		-101,78%
Lucro líquido do exercício	(858.497)		(222.545)		285,76%
Atribuível aos acionistas não controladores	(375.868)		(631.678)		-40,50%
Atribuível aos acionistas controladores	(482.630)		409.133		-217,96%

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Receita líquida de serviço

A receita líquida de serviços passou de R\$ 3.470,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.691,2 milhões em 31 de dezembro 2017, ou seja, um aumento de R\$ 2.206,4 milhões, ou 6,4%. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

	2017	2016
(Em milhares de reais)		
Segmento Rodovias	965.391	889.058
Segmento Aeroportos	1.765.619	1.648.976
Segmento Mobilidade Urbana	960.226	932.561
Total	3.691.236	3.470.595

Segmento de Rodovias: Crescimento de R\$ 76,3 milhões (+8,6%) em relação a 2016, principalmente pelos reajustes tarifários nas rodovias concedidos ao longo do ano de 2017. A CART também obteve uma reclassificação tarifária em duas praças de pedágio em função da duplicação de pistas.

Segmento de Aeroportos: Crescimento de R\$ 116,6 milhões (+7,1%) em relação ao ano anterior, principalmente por:

- Reajuste tarifário praticado em taxas de embarque para passageiros nacionais e internacionais;
- Aumento de 13,5% na receita com passagens em função do crescimento de passageiros, principalmente os passageiros internacionais (+4,1%) que possuem maior valor médio de bilhete;
- Crescimento de 12,9% na receita de cargas devido ao aumento de 15,6% na movimentação de cargas aliado à alteração do método de cobrança, início de duas operações cargueiras (Turkish e Qatar) e do início da cobrança de armazenagem aos sábados; e
- Apesar da queda de 0,7% na movimentação total de aeronaves, obteve-se um acréscimo de 11,3% na receita com aeronaves em função da mudança de perfil para aeronaves maiores, com maior peso médio e a alteração na legislação para cobrança de permanência.

Segmento de Mobilidade Urbana: Atingiu R\$ 960,2 milhões em 2017 (+3%) impactado pelos efeitos do MetrôRio, como o reajuste tarifário, de R\$ 4,10 para R\$ 4,30 (+4,9%), vigorando a partir de abril de 2017.

Receita de construção

A receita de construção passou de R\$ 568,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 376,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 192,6 milhões, ou -33,86%. Essa redução ocorreu em razão do (a) finalização de parte das obras de expansão da CART; (b) finalização de parte das obras da Via 040.

Custo dos serviços prestados e Despesas gerais e administrativas

O custo dos serviços prestados passou de R\$ 2.254,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.251,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 2,6 milhões, ou 0,12%. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 582,0 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 587,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essas variações ocorreram principalmente em função dos seguintes fatores:

(Em milhares de reais)	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Segmento Rodovias	604.553	596.945
Segmento Aeroportos	1.420.341	1.445.742
Segmento Mobilidade Urbana	753.238	723.221
Holding	60.834	70.034
Total	2.838.966	2.835.942
Custos dos serviços prestados	2.251.350	2.253.976
Despesas gerais e administrativas	587.616	581.966

Segmento de Rodovias: Acréscimo de 1,27% em relação ao ano anterior, principalmente por:

- efeito da inflação;
- aumento da depreciação e amortização com a ativação de novos itens;
- aumento no valor da provisão para manutenção; e
- redução com os gastos operacionais.

Segmento de Aeroportos: Decréscimo de R\$ 25,4 milhões (1,76%) em relação ao ano anterior, relacionado principalmente a:

- queda de 52,4% nos custos com energia elétrica em função da compra de energia no mercado livre a partir de setembro de 2016; e
- Redução de 7,3% nos custos de conservação e manutenção devido a revisão e unificação dos contratos de limpeza, revisão do escopo dos contratos de manutenção de áreas verdes e de manutenção de infraestrutura aeroportuária que diminuiu os gastos com serviço de manutenção de equipamentos.

Segmento de Mobilidade Urbana: Crescimento de R\$ 30,0 milhões (4,15%) se comparado a 2016, relacionado principalmente com:

- entrada em operação da Linha 4, que gerou um custo estimado de R\$ 851,0 milhões em 2017 (R\$ 26,2 milhões em 2016);
- aumento das provisões para perda referente ao recebimento de aluguel dos trens do MetroBarra (Linha 4) em aproximadamente R\$ 25,9 milhões; e
- aumento da depreciação devido ao maior número de bens em atividades operacional.
-

Consolidado

Cabe salientar que expurgando o efeito da provisão para perdas com o recebimento do aluguel dos trens da Linha 4 (MetroBarra) no montante de R\$ 57,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 31,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, a companhia apresenta redução dos seus custos operacionais e despesas gerais e administrativas em aproximadamente 1%, ficando em linha com o plano de negócio traçado pela Companhia relacionados em otimização dos custos.

Custo de construção: O custo de construção passou de R\$ 561,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 372,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 188,9 milhões, ou -33,62%. Essa redução ocorreu em razão do (a) finalização de parte das obras de expansão da CART; (b) finalização de parte das obras da Via 040.

Lucro bruto

Em função dos motivos explicados acima, o lucro bruto passou de R\$ 1.223,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.443,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 219,4 milhões, ou 17,93% em razão do aumento das receitas e redução dos custos operacionais.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas passaram de um saldo de despesas de R\$ 2.397,1 milhões em 2016 para uma receita de R\$ 2,3 milhões, ou seja, uma redução de R\$ 2.394,8 milhões ou 99,9%, devido a venda da LAMSAC no exercício de 2016.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras liquidas passaram de R\$ 2.597,2 milhões em 2016 para R\$ 1.683,7 milhões em 2017, ou seja, uma redução de R\$ 913,5 milhões, ou 35,17%. Essa redução ocorreu principalmente em razão da queda do IPCA, índice que impacta a outorga fixa de GRU e a quitação parcial da 3ª emissão de debênture da Invepar em dezembro/16.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 1.046,0 milhões em 2016 para R\$ 160,9 milhões em 2017, ou seja, uma redução de R\$ 885,1 milhões, ou 84,62%. Essa variação ocorreu principalmente devido ao pagamento de imposto diretamente no PERU pela venda da LAMSAC no valor de R\$ 999,0 milhões.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Em função dos motivos explicados acima, o prejuízo do exercício passou de R\$ 222,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (lucro atribuído aos acionistas controladores foi de R\$ 409,1* milhões e aos acionistas não controladores, um prejuízo de R\$ 631,7 milhões), para um prejuízo de R\$ 857,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (prejuízo atribuído aos acionistas controladores foi de R\$ 482,7 milhões e aos acionistas não controladores, R\$ 374,9 milhões), ou seja, um aumento de R\$ 635,1 milhões, ou 285,44%.

*Desconsiderando o resultado pela venda da LAMSAC, em 2016 a Companhia apresenta um prejuízo de R\$ 960,8 milhões.

Exercício Social Encerrado em 2016

A tabela abaixo indica comparação das demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	2016	A.V. %	2015	A.V. %	2016/2015 Var. %
Receita de serviços	3.470.595	85,92%	3.122.839	73%	11,14%
Receita de construção	568.879	14,08%	1.157.446	27%	-50,85%
Receita líquida	4.039.474	100,00%	4.280.285	100%	-5,63%
Custo de serviços	(2.253.976)	-55,80%	(2.021.454)	-47%	11,50%
Custo de construção	(561.679)	-13,90%	(1.141.119)	-27%	-50,78%
Lucro bruto	1.223.818	30,30%	1.117.712	26%	9,49%
Despesas gerais e administrativas	(581.966)	-14,41%	(543.183)	-13%	7,14%
Equivalência patrimonial	(2.768)	-0,07%	(13.743)	0%	-79,86%
Outras receitas operacionais	2.397.140	59,34%	(95.858)	-2%	-2600,72%
Result. antes das rec. e desp. financeiras	3.036.224	75,16%	464.928	11%	553,05%
Receitas financeiras	327.459	8,11%	273.092	6%	19,91%
Despesas financeiras	(2.597.159)	-64,29%	(2.408.295)	-56%	7,84%
Resultado antes dos impostos	766.524	18,98%	(1.670.275)	-39%	-145,89%
Imposto de renda e contribuição social	(1.045.991)	-25,89%	(119.519)	-3%	775,17%
Prejuízo do exercício de operações continuadas	(279.467)	-6,92%	(1.789.794)	-42%	-84,39%
Atribuível aos acionistas não controladores	(631.678)	-15,64%	(759.368)	-18%	-16,82%
Atribuível aos acionistas controladores	352.212	8,72%	(1.030.426)	-24%	-134,18%
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	56.921		74.243	2%	-23,33%
Prejuízo do exercício	(222.545)		(1.715.551)		-87,03%
Atribuível aos acionistas não controladores	(631.678)		(759.368)		-16,82%
Atribuível aos acionistas controladores	409.133		(956.183)		-142,79%

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas demonstrações de resultados consolidadas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Receita líquida de serviço

A receita líquida de serviços passou de R\$ 3.122,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.470,6 milhões em 31 de dezembro 2016, ou seja, um aumento de R\$ 347,8 milhões, ou 11,1%. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

(Em milhares de reais)	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Segmento Rodovias	889.058	722.464
Segmento Aeroportos	1.648.976	1.624.757
Segmento Mobilidade Urbana	932.561	775.618
Total	3.470.595	3.122.839

Segmento de Rodovias: Crescimento de R\$ 166,6 milhões (+23,1%) em relação a 2015, principalmente por:

- R\$ 155,5 milhões da Via 040 devido o início da cobrança de pedágio: 9 praças de pedágio foram inauguradas em 30 de julho de 2015 e as outras 2 em 23 de agosto de 2015;
- R\$ 21,3 milhões da CART, devido ao reajuste tarifário em 1º julho de 2016; e,
- R\$ 3,9 milhões da CLN com reajuste tarifário em abril de 2016.
- R\$ 14,1 milhões na LAMSA devido a não autorização pelo Poder Concedente do reajuste tarifário, início das operações da Transolímpica, disponibilidade de duas faixas expressas para a família olímpica nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e, início das operações da Linha 4.

Segmento de Aeroportos: Crescimento de R\$ 24,2 milhões (+1,5%) em relação ao ano anterior. Apesar da queda nos indicadores operacionais do aeroporto, o impacto da inflação no reajuste das tarifas de passageiros e aeronaves, associado ao aumento da receita de importação proporcionaram o aumento nas Receitas Tarifárias na comparação ao mesmo período do ano anterior.

Segmento de Mobilidade Urbana: Atingiu R\$ 932,6 milhões em 2016 (+20,2%) impactado pelos efeitos do MetrôRio, como:

- reajuste tarifário, de R\$ 3,70 para R\$ 4,10 (+10,81%), vigorando a partir de 2 de abril de 2016; e
- crescimento da demanda, impactado pelos fatores mencionados anteriormente no desempenho operacional (item 4). A receita não tarifária do MetrôRio, contribuiu com um aumento de R\$ 12,3 milhões (+35,6%) se comparado ao ano de 2015, especialmente nas linhas aluguel espaço publicitário e locação espaço físico.

Receita de construção

A receita de construção passou de R\$ 1.157,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 568,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 588,6 milhões, ou - 50,85%. Essa redução ocorreu em razão do (a) finalização de parte das obras de expansão da CART; (b) finalização de parte das obras da Via 040, que já entrou em operação em 2015.

Custo dos serviços prestados e Despesas gerais e administrativas

O custo dos serviços prestados passou de R\$ 2.021,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.254,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R\$ 232,5 milhões, ou 11,5%. Esse aumento ocorreu principalmente em função dos seguintes fatores:

(Em milhares de reais)	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Segmento Rodovias	596.945	473.752
Segmento Aeroportos	1.445.742	1.426.769
Segmento Mobilidade Urbana	723.221	558.196
Holding	70.034	105.920
Total	2.835.942	2.564.637
Custos dos serviços prestados	2.253.976	2.021.454
Despesas gerais e administrativas	581.966	543.183

Segmento de Rodovias: Acréscimo de R\$ 123,2 milhões em relação ao ano anterior, principalmente por:

- à implantação da Via 040 com acréscimo de R\$ 43,6 milhões, principalmente de gastos operacionais e de conservação e manutenção; e
- ao aumento dos gastos administrativos e pessoal, além de conservação e manutenção da LAMSA e CLN, aumentando, respectivamente, em R\$ 10,7 milhões e R\$ 2,4 milhões em relação a 2015.

Segmento de Aeroportos: decréscimo de R\$ 19,0 milhões em relação ao ano anterior, relacionado principalmente a:

- diminuição no quadro de empregados com o aumento da eficiência operacional; e
- redução de custos e despesas operacionais e administrativas, através de repriorização dos serviços, revisão de escopos e negociação dos contratos junto aos fornecedores e também redução em consultorias e treinamentos não-regulatórios.

Segmento de Mobilidade Urbana: crescimento de R\$ 165,0 milhões comparado a 2015. O MetrôRio contribuiu principalmente com:

- aumento no quadro de funcionários e provisão do reajuste salarial;
- acréscimo nos custos de manutenção periódica dos trens;
- reajustes tarifários da energia de distribuição; e
- aumento da depreciação e amortização com a entrada em operação de novos projetos.

Custo de construção

O custo de construção passou de R\$ 1.141,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 561,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 579,4 milhões, ou -50,78%. Essa redução ocorreu em razão do (a) finalização de parte das obras de expansão da CART; (b) finalização de parte das obras da Via 040, que já entrou em operação em 2015.

Lucro bruto

Em função dos motivos explicados acima, o lucro bruto passou de R\$ 1.117,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.223,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R\$ 106,1 milhões, ou 9,5%.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas passaram de um saldo de despesas de R\$ 95,9 milhões em 2015 para uma receita de R\$ 2.397,1 milhões, ou seja, um aumento de R\$ 2.493,0 milhões ou 2.600,7%. Esse aumento refere-se ao resultado pela venda da LAMSAC, concretizada em dezembro de 2016.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras líquidas passaram de R\$ 2.408,3 milhões em 2015 para R\$ 2.597,2 milhões em 2016, ou seja, um aumento de R\$ 188,9 milhões, ou 7,8%. Esse aumento ocorreu principalmente em razão do aumento de R\$ 325,5 milhões nos juros de empréstimos e debêntures, impactado pela redução da atualização da outorga de GRU em R\$ 192,3 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 119,5 milhões em 2015 para R\$ 1.046,0 milhões em 2016, ou seja, um aumento de R\$ 926,5 milhões, ou 775,2%. Essa variação ocorreu principalmente devido ao pagamento de imposto diretamente no PERU pela venda da LAMSAC no valor de R\$ 999,0 milhões.

Prejuízo do exercício

Em função dos motivos explicados acima, o prejuízo do exercício passou de R\$ 1.715,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (prejuízo atribuído aos acionistas controladores foi de R\$ 956,2 milhões e aos acionistas não controladores, R\$ 759,4 milhões), para um prejuízo de R\$ 222,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (lucro atribuído aos acionistas controladores foi de R\$ 409,1 milhões e aos acionistas não controladores, um prejuízo de R\$ 631,7 milhões), ou seja, uma melhora de R\$ 1.493,0 milhões, ou 87,0%.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercício Social Encerrado em 2018

A tabela abaixo indica as contas ativo dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	2018	A.V.%	2017	A.V.%	2018/2017 Var. (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.109.210	4,35%	835.099	3,28%	32,82%
Aplicações financeiras	96.136	0,38%	121.110	0,48%	-20,62%
Contas a receber	365.703	1,43%	312.027	1,22%	17,20%
Estoques	67.180	0,26%	64.408	0,25%	4,30%
Impostos a recuperar	62.848	0,25%	78.468	0,31%	-19,91%
Adiantamento a fornecedores	33.804	0,13%	41.236	0,16%	-18,02%
Partes relacionadas	174	0,00%	26	0,00%	567,80%
Instrumento financeiro derivativo	44.183	0,17%	37.034	0,15%	19,30%
Outros	3.429	0,01%	1.250	0,00%	174,33%
	<u>1.782.667</u>	6,99%	<u>1.490.658</u>	5,85%	19,59%
Ativos referentes a operação descontinuada	2.942	0,01%	3.057	0,01%	-3,76%
Não circulante					
Aplicações financeiras	174.648	0,68%	167.178	0,66%	4,47%
Contas a receber	35.358	0,14%	27.905	0,11%	26,71%
Impostos a recuperar	396.959	1,56%	411.022	1,61%	-3,42%
Impostos diferidos ativos	285.355	1,12%	45.442	0,18%	527,95%
Depósitos judiciais	97.025	0,38%	88.523	0,35%	9,60%
Partes relacionadas	253.250	0,99%	176.399	0,69%	43,57%
Outros	9.071	0,04%	15.184	0,06%	-40,26%
Investimentos	337.958	1,32%	376.087	1,48%	-10,14%
Imobilizado	1.099.334	4,31%	1.137.532	4,46%	-3,36%
Intangível	21.043.576	82,47%	21.550.187	84,55%	-2,35%
	<u>23.732.535</u>		<u>23.995.458</u>	94,14%	-1,10%
Total do ativo	<u>25.518.144</u>		<u>25.489.173</u>		0,11%

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas contas do ativo dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$ 292,0 milhões, ou 19,6%, passando de R\$ 1.490,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.782,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é decorrente, principalmente, pelo: (i) aumento de R\$ 274,1 milhões em caixa e equivalentes; (ii) queda de 20,6% em aplicações financeiras; e (iii) aumento de R\$ 53,7 milhões no contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes passaram de R\$ 835,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.109,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 274,1 milhões, ou 32,8%, principalmente em função da: (i) 8ª Emissão de debêntures do Metrôrio (captando cerca de R\$ 550MM para rolagem de dívidas); (ii) repactuação da Outorga fixa em GRU; (iii) aumento de caixa no Metrobarra devido aos aportes de capital; e (iv) investimento no Fundo BB Fortuna por parte de Lambra.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 121,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 96,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um decréscimo de R\$ 24,9 milhões, ou 20,6%, em função, principalmente, pelo: (i) resgate em Grubar para pagamento de serviços compartilhados no exercício; e (ii) remuneração ao acionista, devido à redução de capital em Lambra, e transferência para Caixa e equivalentes de caixa com o intuito de investir no Fundo BB Fortuna.

Contas a receber

O contas a receber passaram de R\$ 312,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 365,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um acréscimo de R\$ 53,7 milhões, ou 17,2%, em função, principalmente, pelo: (i) reconhecimento do contas a receber, no Metrório, com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia referente à energia não consumida que é disponibilizada ao mercado; e (ii) aumento no número de contratos comerciais, em GRU; reajustes dos contratos de cessão área; aumento no volume de cargas importadas e das taxas de câmbio; início das cobranças aos sábados para as importações.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante apresentou uma redução de R\$ 263,0 milhões, ou 1,1%, passando de R\$ 23.995,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 23.732,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é decorrente principalmente dos seguintes fatores: (a) aumento de R\$ 240,0 milhões em impostos diferidos ativos; (b) aumento de R\$ 76,9 milhões no saldo de partes relacionadas; e (c) redução de 506,6 milhões na rubrica de intangível.

Impostos diferidos

Os impostos a diferidos passaram de R\$ 45,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 285,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 240,0 milhões, ou 528,0%. O aumento ocorreu devido ao reconhecimento de créditos diferidos em GRU e no Metrobarra, com base nas projeções de caixa futuro.

Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas passou de R\$ 176,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 253,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 76,9 milhões, ou 43,6%. Esse aumento está representado principalmente pelos mútuos com ViaRio e VLT, em torno de R\$ 73,4.

Intangível

O intangível passou de R\$ 21.550,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 21.043,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 506,6 milhões, ou 2,4%. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo (i) custo com amortização dos ativos em operação no período; e (ii) reconhecimento de R\$ 93,7 milhões de *impairment* na V040 em consequência dos processos de relicitação.

Total do ativo

O total do ativo passou de R\$ 25.489,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 25.518,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 29,0 milhões, ou 0,11%.

A tabela abaixo indica as contas do passivo e patrimônio líquido dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	2018	A.V.%	2017	A.V.%	2018/2017 Var. (%)
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	242.859	0,95%	261.042	1,02%	-6,97%
Empréstimos e financiamentos	1.264.254	4,95%	1.498.309	5,88%	-15,62%
Debêntures	982.684	3,84%	1.295.951	5,08%	-24,17%
Impostos a recolher	82.164	0,32%	69.749	0,27%	17,80%
Obrigações com empregados e administradores	115.866	0,45%	124.518	0,49%	-6,95%
Concessão de serviço público	1.425.890	5,58%	439.438	1,72%	224,48%
Adiantamentos de clientes	65.144	0,25%	68.228	0,27%	-4,52%
Provisão para manutenção	4.071	0,02%	2.464	0,01%	65,22%
Instrumentos financeiros derivativos	53.849	0,21%	25.008	0,10%	115,33%
Partes relacionadas	601	0,00%	9.135	0,04%	-93,42%
Receita diferida	26.542	0,10%	25.513	0,10%	4,03%
Outros	145.118	0,57%	166.701	0,65%	-12,95%
	4.409.044	17,25%	3.986.055	15,64%	10,61%
Passivos referentes a operação descontinuada	2.253	0,01%	2.261	0,01%	-0,35%
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	3.297.251	12,90%	3.641.742	14,29%	-9,46%
Debêntures	3.751.956	14,68%	3.053.986	11,98%	22,85%
Impostos a recolher	5.079	0,02%	10.172	0,04%	-50,07%
Impostos diferidos passivos	46.418	0,18%	170.738	0,67%	-72,81%
Dividendos	24073	0,09%	24073	0,09%	0,00%
Concessão de serviço público	11.762.593	46,01%	11.981.658	47,01%	-1,83%
Provisão para riscos	103.879	0,41%	48.984	0,19%	112,07%
Receita diferida	195.539	0,76%	202.679	0,80%	-3,52%
Provisão para manutenção	121.093	0,47%	94.372	0,37%	28,32%
Outros	7.255	0,03%	46.208	0,18%	-84,30%
	19.315.137	75,55%	19.274.612	75,62%	0,21%
Total do passivo	23.726.434		23.262.928	91,27%	1,99%
Patrimônio líquido					
Capital social	3.867.919	15,13%	3.867.919	15,17%	0,00%
Prejuízo acumulado	(1.490.389)	-5,83%	(1.214.349)	-4,76%	22,73%
	2.377.530		2.653.570		
Participação dos não controladores	(537.904)	-2,10%	(427.324)	-1,68%	25,88%
Total do patrimônio líquido	1.839.626	7,20%	2.226.245	8,73%	-17,37%
Total do passivo e patrimônio líquido	25.566.060		25.489.173		

Os Diretores da Companhia comentam abaixo as principais variações nas contas do passivo e patrimônio líquido dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou um aumento de R\$ 423,0 milhões, ou 10,6%, passando de R\$ 3.986,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.409,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (a) queda de R\$ 234,1 milhões referente a empréstimos e financiamentos; (b) queda de R\$ 313,3 milhões referente a debêntures; e (c) aumento de R\$ 986,5 milhões referente a concessão de serviços públicos. Conforme explicado abaixo:

Empréstimo e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 1.498,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.264,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 234,1 milhões, ou 15,6%. Essa redução ocorreu, principalmente, pela amortização da dívida de curto prazo do MetrôRio com o Citibank de R\$ 110 milhões, (via captação de debêntures de longo prazo) e as amortizações programadas dos demais financiamentos.

Debêntures

As debêntures circulantes passaram de R\$ 1.296,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 983,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 313,3 milhões, ou 24,2%. Essa redução ocorreu, principalmente, devido a amortização das Debêntures do MetrôRio com o Banco do Brasil e Bradesco, R\$ 103 milhões e R\$ 184 milhões, respectivamente.

Concessão de serviço público

A concessão de serviço público passou de R\$ 439,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.425,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 986,5 milhões, ou 224,5%. A referida variação ocorreu em GRU Airport, pois em dezembro de 2017 foi realizada a repactuação dos valores da outorga de 2018, com antecipação de parte do pagamento.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou um aumento de R\$ 40,5 milhões, ou 0,21%, passando de R\$ 19.274,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 19.315,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu em razão dos seguintes fatores: (a) redução de R\$ 344,5 milhões nos empréstimos e financiamentos; (b) aumento de R\$ 698,0 na rubrica debêntures; e (c) redução em Concessão de serviço público, conforme explicado abaixo:

Empréstimo e financiamentos

Os empréstimo e financiamentos não circulantes passaram R\$ 3.641,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.297,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 344,5 milhões, ou 9,5%. Essa redução ocorreu principalmente em razão das transferências para o curto prazo (maturação) de parte das dívidas, em especial as de GRU Airport e da CART.

Debêntures

As debêntures não circulantes passaram de R\$ 3.054,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.752,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$ 698,0 milhões, ou 22,9%. Esse aumento ocorreu, principalmente, em razão da 8ª emissão de Debêntures no MetrôRio (R\$ 550 milhões), ocorrida em março de 2018 com objetivo de reperfilamento da dívida e do aumento do saldo devedor das debêntures da Invepar.

Concessão de serviço público

A concessão de serviço público passou de R\$ 11.981,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 11.762,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 219,1 milhões, ou 1,8%. Essa redução ocorreu, principalmente, pela (i) baixa, no MetrôRio, de Outorga Suplementar em função da quitação e apresentação da prestação de contas ao Estado; e pela (ii) transferência das parcelas de outorga fixa de GRU Airport para o circulante.

Patrimônio Líquido

O saldo de patrimônio líquido passou de R\$ 2.226,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.792,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$ 434,5 milhões ou 19,5%. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência do prejuízo do exercício, lançado na rubrica de prejuízos acumulados.

Exercício Social Encerrado em 2017

A tabela abaixo indica as contas ativo dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	2017	A.V.%	2016	A.V.%	2017/2016 Var. (%)
Ativo					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	835.099	3,28%	655.315	2,56%	27,43%
Aplicações financeiras	121.110	0,48%	107.255	0,42%	12,92%
Contas a receber	312.027	1,22%	302.784	1,18%	3,05%
Estoques	64.408	0,25%	58.289	0,23%	10,50%
Impostos a recuperar	78.468	0,31%	86.832	0,34%	-9,63%
Adiantamento a fornecedores	41.236	0,16%	39.539	0,15%	4,29%
Partes relacionadas	26	0,00%	1.495	0,01%	-98,26%
Instrumento financeiro derivativo	37.034	0,15%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.250	0,00%	20.874	0,08%	-94,01%
	<u>1.490.658</u>	5,85%	<u>1.272.383</u>	4,97%	17,15%
Ativos referentes a operação descontinuada	3.057	0,01%	8.698	0,03%	-64,85%
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras	167.178	0,66%	126.741	0,50%	31,91%
Contas a receber	27.905	0,11%	47.773	0,19%	-41,59%
Impostos a recuperar	411.022	1,61%	450.176	1,76%	-8,70%
Impostos diferidos ativos	45.442	0,18%	191.949	0,75%	-76,33%
Depósitos judiciais	88.523	0,35%	75.344	0,29%	17,49%
Partes relacionadas	176.399	0,69%	97.160	0,38%	0,00%
Outros	15.184	0,06%	17.271	0,07%	-12,08%
Investimentos	376.087	1,48%	384.062	1,50%	-2,08%
Imobilizado	1.137.532	4,46%	1.127.298	4,41%	0,91%
Intangível	21.550.187	84,55%	21.783.029	85,15%	-1,07%
	<u>23.995.459</u>	94,14%	<u>24.300.803</u>	94,99%	-1,26%
Total do ativo	<u>25.489.174</u>		<u>25.581.884</u>		

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas contas do ativo dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$ 218,3 milhões, ou 17,1%, passando de R\$ 1.272,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.490,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento é decorrente principalmente dos seguintes fatores: (a) aumento de R\$ 179,8 milhões em caixa e equivalentes; (b) aumento de R\$ 13,8 milhões em aplicações financeiras; e (c) aumento de R\$ 37,0 milhões no saldo de instrumentos financeiros derivativos.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes passaram de R\$ 655,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 835,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 179,8 milhões, ou 27,4%, principalmente em função da aquisição das Debêntures da 3ª Emissão da Companhia por Mubadala Consultoria Financeira Ltda.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 107,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 121,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 13,9 milhões, ou 12,9%, principalmente em função de aportes realizados na CART, além do acúmulo de caixa para investimentos no Metrôrio.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A linha de instrumentos financeiros derivativos passou de R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 37,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da contabilização de instrumento financeiro derivativos da Invepar e Lambra pertinentes às transações com o Fundo de Investimento Mubadala.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante apresentou uma redução de R\$ 310,9 milhões, ou -1,3%, passando de R\$ 24.309,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 23.998,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa redução é decorrente principalmente dos seguintes fatores: (a) redução de 232,8 milhões na rubrica de intangível; (b) aumento de R\$ 40,4 milhões em aplicações financeiras; (c) redução de R\$ 146,5 milhões no saldo de impostos diferidos; e (d) aumento de R\$ 79,2 milhões no saldo de partes relacionadas.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 126,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 167,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 40,4 milhões, ou 32,0%. Referida variação ocorreu em razão do aumento de R\$ 40,0 milhões em GRU AIRPORT devido à constituição da conta reserva para pagamento de empréstimos.

Impostos diferidos

Os impostos a diferidos passaram de R\$ 192,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 45,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 147,0 milhões, ou -76,3%. A redução ocorreu, principalmente, pela controlada CART, que baixou o montante de R\$ 149,0 milhões após alteração na expectativa de recuperabilidade dos impostos diferidos considerando a geração de lucros tributáveis futuros.

Intangível

O intangível passou de R\$ 21.783,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 21.550,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 232,8 milhões, ou -1,1%. Essa redução ocorreu em consequência da amortização dos ativos em operação no período.

Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas passou de R\$ 97,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 176,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 79,2 milhões, ou 81,51%. Esse aumento está representado principalmente pelos mútuos de R\$ 52,5 milhões com o VLT.

Total do ativo

O total do ativo passou de R\$ 25.582,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 25.489,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 92,8 milhões, ou -0,4%.

A tabela abaixo indica as contas do passivo e patrimônio líquido dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	<u>2017</u>	<u>A.V.%</u>	<u>2016</u>	<u>A.V.%</u>	<u>2017/2016</u> <u>Var. (%)</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	261.042	1,02%	254.776	1,00%	2,46%
Empréstimos e financiamentos	1.498.309	5,88%	1.337.684	5,23%	12,01%
Debêntures	1.295.951	5,08%	231.789	0,91%	459,11%
Impostos a recolher	69.749	0,27%	73.679	0,29%	-5,33%
Obrigações com empregados e administradores	124.518	0,49%	114.367	0,45%	8,88%
Concessão de serviço público	439.438	1,72%	1.251.796	4,89%	-64,90%
Adiantamentos de clientes	68.228	0,27%	150.068	0,59%	-54,54%
Provisão para manutenção	2.464	0,01%	1.194	0,00%	106,37%
Instrumentos financeiros derivativos	9.135	0,04%	42.071	0,16%	-78,29%
Partes relacionadas	25.008	0,10%	8.666	0,03%	188,58%
Receita diferida	25.513	0,10%	19.927	0,08%	28,03%
Outros	166.701	0,65%	140.754	0,55%	18,43%
	<u>3.986.055</u>	15,64%	<u>3.626.771</u>	14,18%	9,91%
Passivos referentes a operação descontinuada	2.261	0,01%	6.887	0,03%	-67,17%
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	3.641.742	14,29%	3.916.928	15,31%	-7,03%
Debêntures	3.053.986	11,98%	3.067.946	11,99%	-0,46%
Impostos a recolher	10.172	0,04%	13.068	0,05%	-22,16%
Impostos diferidos passivos	170.738	0,67%	219.591	0,86%	-22,25%
Dividendos	24073	0,09%	24.073	0,09%	0,00%
Concessão de serviço público	11.981.658	47,01%	11.799.185	46,12%	1,55%
Provisão para riscos	48.984	0,19%	38.599	0,15%	26,90%
Receita diferida	202.679	0,80%	203.869	0,80%	-0,58%
Provisão para manutenção	94.372	0,37%	76.641	0,30%	23,14%
Outros	46.208	0,18%	9.071	0,04%	409,40%
	<u>19.274.612</u>	75,62%	<u>19.368.971</u>	75,71%	-0,49%
Total do passivo	<u>23.262.928</u>		<u>23.002.629</u>	89,92%	1,13%
Patrimônio líquido					
Capital social	3.867.919	15,17%	3.351.958	13,10%	15,39%
Reserva de capital	-	0,00%	515.961	2,02%	
Prejuízo acumulado	(1.214.349)	-4,76%	(731.719)	-2,86%	65,96%
	<u>2.653.570</u>		<u>3.136.200</u>		
Participação dos não controladores	(427.324)	-1,68%	(556.945)	-2,18%	-23,27%
Total do patrimônio líquido	<u>2.226.245</u>	8,73%	<u>2.579.255</u>	10,08%	-13,69%
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>25.489.174</u>		<u>25.581.884</u>		-0,36%

Os Diretores da Companhia comentam abaixo as principais variações nas contas do passivo e patrimônio líquido dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou um aumento de R\$ 359,3 milhões, ou 9,9%, passando de R\$ 3.626,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.986,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (a) aumento de R\$ 160,6 milhões referente a empréstimos e financiamentos; (b) aumento de R\$ 1.064,2 milhões referente a debêntures; (c) redução de R\$ 812,4 milhões referente a concessão de serviços

públicos; e (d) redução de R\$ 81,8 milhões referente a adiantamentos de clientes. Conforme explicado abaixo:

Empréstimo e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos circulante passaram de R\$ 1.337,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.498,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 160,6 milhões, ou 12,0%. E esse aumento ocorreu, principalmente, a captações de empréstimos em GRU Airport, basicamente junto ao BNDES (linha FINEM com repasses diretos e indiretos).

Debêntures

As debêntures circulantes passaram de R\$ 231,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.296,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 1.064,2 milhões, ou 459,1%. Este aumento ocorreu, principalmente, devido as seguintes operações: (i) 4ª emissão de debêntures da Invepar, cuja captação foi no montante de R\$ 650,0 milhões; e (ii) venda das debêntures da 3ª emissão da Invepar, pela controlada LAMBRA, no montante aproximado de R\$ 230,0 milhões.

Concessão de serviço público

A concessão de serviço público passou de R\$ 1.251,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 439,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 812,4 milhões, ou 64,9%. A referida variação ocorreu em GRU Airport, que pagou integralmente a outorga fixa de 2017 e realizou a antecipação no montante de R\$ 460,0, corrigido, referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei 13.499/2017 e da Portaria Nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergará para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 460,0 milhões, devidamente atualizado.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes passaram de R\$ 150,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 68,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 81,8 milhões, ou 54,5%. Essa redução ocorreu, principalmente, devido as apropriações do adiantamento recebido por GRU em 2016, referente a locação de espaço para a Dufry.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou uma redução de R\$ 94,4 milhões, ou 0,5%, passando de R\$ 19.369,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 19.274,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa redução ocorreu em razão dos seguintes fatores: (a) redução de R\$ 275,2 milhões nos empréstimos e financiamentos; e (b) aumento de R\$ 182,5 na rubrica de concessão de serviços públicos, conforme explicado abaixo:

Empréstimo e financiamentos

Os empréstimo e financiamentos não circulantes passaram de R\$ 3.916,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.641,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 274,2 milhões, ou -7,0%. Essa redução ocorreu principalmente em razão das transferências para o curto prazo de parte das dívidas, em especial no MetrôRio.

Debêntures

As debêntures não circulantes passaram de R\$ 3.067,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.054,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 14,0 milhões, ou -0,5%.

Concessão de serviço público

A concessão de serviço público passou de R\$ 11.799,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 11.981,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R\$ 182,5 milhões, ou 1,55%. Referida variação ocorreu em GRU Airpot, que após pagar integralmente a outorga fixa de 2017 dentro do exercício, realizou a antecipação do valor de R\$ 460 milhões referente à parte da outorga fixa de 2018, assim como descrito na justificativa de variação do curto prazo. De acordo com o aditamento contratual mencionado nos comentários das variações no curto prazo, a Concessionária postergará para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 460,0 milhões, devidamente atualizado.

Patrimônio Líquido

O saldo de patrimônio líquido passou de R\$ 2.579,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.226,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, ou seja, uma redução de R\$ 353,0 milhões ou 13,7%. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência do prejuízo do exercício, lançado na rubrica de prejuízos acumulados.

Exercício Social Encerrado em 2016

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas contas do ativo dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo indica as contas ativo dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	<u>2016</u>	<u>A.V.%</u>	<u>2015</u>	<u>A.V.%</u>	<u>2016/2015</u> <u>Var. (%)</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	655.315	2,56%	212.804	0,73%	207,94%
Aplicações financeiras	107.255	0,42%	436.408	1,50%	-75,42%
Contas a receber	302.784	1,18%	293.310	1,01%	3,23%
Estoques	58.289	0,23%	56.590	0,19%	3,00%
Impostos a recuperar	86.832	0,34%	75.578	0,26%	14,89%
Adiantamento a fornecedores	39.539	0,15%	32.317	0,11%	22,35%
Partes relacionadas	1.495	0,01%	117,00	0,00%	1177,78%
Instrumento financeiro derivativo	0	0,00%	56.998	0,20%	-100,00%
Outros	20.874	0,08%	14.397	0,05%	44,99%
	<u>1.272.383</u>	<u>4,97%</u>	<u>1.178.519</u>	<u>4,04%</u>	
Ativos referentes a operação descontinuada	8.698	0,03%	-	0,00%	100,00%
Não circulante					
Aplicações financeiras	126.741	0,50%	64.675	0,22%	95,97%
Contas a receber	47.773	0,19%	22.596	0,08%	111,42%
Impostos a recuperar	450.176	1,76%	521.341	1,79%	-13,65%
Impostos diferidos ativos	191.949	0,75%	199.306	0,68%	-3,69%
Depósitos judiciais	75.344	0,29%	68.585	0,24%	9,85%
Partes relacionadas	97.160	0,38%	30.293	0,10%	220,73%
Outros	17.271	0,07%	2.697	0,01%	540,38%
Investimentos	384.062	1,50%	360.488	1,24%	6,54%
Imobilizado	1.127.298	4,41%	994.307	3,41%	13,38%
Intangível	21.783.029	85,15%	25.702.727	88,19%	-15,25%
	<u>24.300.803</u>	<u>94,99%</u>	<u>27.967.015</u>	<u>95,96%</u>	<u>-13,11%</u>
Total do ativo	<u>25.581.884</u>		<u>29.145.534</u>		

Os Diretores comentam abaixo as principais variações nas contas do ativo dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$ 93,8 milhões, ou 8%, passando de R\$ 1.178,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.272,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento é decorrente principalmente dos seguintes fatores: (a) aumento de R\$ 129,8 milhões em aplicações financeiras; (b) aumento de R\$ 11,2 milhões em impostos a recuperar; e (c) redução de R\$ 57 milhões no saldo de instrumento financeiro.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 436,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 107,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 329,2 milhões, ou 75,4%, principalmente em função da reclassificação de parte do recebimento pela alienação da LAMSAC em 2016, após o resgate antecipado das debêntures da Invepar.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar passaram de R\$ 75,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 86,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma variação de R\$ 11,2 milhões ou 14,9

%. O aumento ocorreu em razão da recuperação de PIS e COFINS da aquisição de trens e sistemas no METROBARRA.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante apresentou uma redução de R\$ 3.666,2 milhões, ou -13,1%, passando de R\$ 27.967,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 24.300,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução é decorrente principalmente dos seguintes fatores: (a) redução de 3.919,7 milhões na rubrica de intangível; (b) aumento de R\$ 62,0 milhões em aplicações financeiras; (c) redução de R\$ 71,2 milhões no saldo de impostos a recuperar; e (d) aumento de R\$ 133,0 milhões no saldo do imobilizado.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 64,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 126,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R\$ 62,0 milhões, ou 95,8%. Referida variação ocorreu em razão do aumento de R\$ 20,0 milhões em GRU AIRPORT e R\$ 41,9 milhões no METROBARRA devido à constituição da conta reserva para pagamento de empréstimos.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar passaram de R\$ 521,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 450,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 71,1 milhões, ou -13,7%. A redução ocorreu principalmente pela controlada LAMSAC, que em 2015 havia registrado um montante de R\$ 74,4 milhões e em 2016 foi alienada.

Imobilizado

O imobilizado passou de R\$ 994,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.127,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma variação de R\$ 132,9 milhões ou 13,4%. Esse aumento ocorreu em razão basicamente da aquisição de sistemas e sinalizações do METROBARRA.

Intangível

O intangível passou de R\$ 25.702,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 21.783,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 3.919,7 milhões, ou -15,3%. Essa redução ocorreu devido aos seguintes fatores: (a) alienação da controlada LAMSAC e (b) baixa do ágio da LAMBRA na INVEPAR.

Total do ativo

O total do ativo passou de R\$ 29.145,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 25.581,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 3.563,6 milhões, ou -12,2%. Referida variação ocorreu principalmente em razão da alienação da LAMSAC refletida no ativo intangível no montante de R\$ 3.006,8 milhões.

A tabela abaixo indica as contas do passivo e patrimônio líquido dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	2016	A.V.%	2015	A.V.%	2016/2015 Var. (%)
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	254.776	1,00%	478.049	1,64%	-46,71%
Empréstimos e financiamentos	1.337.684	5,23%	1.966.918	6,75%	-31,99%
Debêntures	231.789	0,91%	983.880	3,38%	-76,44%
Impostos a recolher	73.679	0,29%	72.511	0,25%	1,61%
Obrigações com empregados e administradores	114.367	0,45%	116.383	0,40%	-1,73%
Concessão de serviço público	1.251.796	4,89%	1.218.953	4,18%	2,69%
Adiantamentos de clientes	150.068	0,59%	13.136	0,05%	1042,42%
Provisão para manutenção	1.194	0,00%	320	0,00%	273,13%
Instrumentos financeiros derivativos	42.071	0,16%	5.746	0,02%	632,18%
Partes relacionadas	8.666	0,03%	2.895	0,01%	199,34%
Receita diferida	19.927	0,08%	13.100	0,04%	52,11%
Outros	140.754	0,55%	101.200	0,35%	39,08%
	3.626.770	14,18%	4.973.091	17,06%	-27,07%
Passivos referentes a operação descontinuada	6.887	0,03%	-	0,00%	100,00%
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	3.916.928	15,31%	4.660.403	15,99%	-15,95%
Debêntures	3.067.946	11,99%	3.966.521	13,61%	-22,65%
Impostos a recolher	13.068	0,05%	24.623	0,08%	-46,93%
Impostos diferidos passivos	219.591	0,86%	246.144	0,84%	-10,79%
Dividendos	24.073	0,09%	24.153	0,08%	-0,33%
Concessão de serviço público	11.799.185	46,12%	11.696.128	40,13%	0,88%
Provisão para riscos	38.599	0,15%	26.180	0,09%	47,44%
Receita diferida	203.869	0,80%	93.313	0,32%	118,48%
Provisão para manutenção	76.641	0,30%	75.236	0,26%	1,87%
Outros	9.071	0,04%	11.106	0,04%	-18,32%
	19.368.971	75,71%	20.823.807	71,45%	-6,99%
Total do passivo	23.002.628		25.796.898	88,51%	-10,83%
Patrimônio líquido					
Capital social	3.351.958	13,10%	3.351.958	11,50%	0,00%
Reserva de capital	515.961	2,02%	515.961	1,77%	0,00%
Ajuste acumulado de conversão	-	0,00%	743.976	2,55%	-100,00%
Prejuízo acumulado	(731.719)	-2,86%	(1.140.852)	-3,91%	-35,86%
	3.136.200		3.471.043		
Participação dos não controladores	(556.945)	-2,18%	(122.407)	-0,42%	354,99%
Total do patrimônio líquido	2.579.255	10,08%	3.348.636	11,49%	-22,98%
Total do passivo e patrimônio líquido	25.581.884		29.145.534		-12,23%

Os Diretores da Companhia comentam abaixo as principais variações nas contas do passivo e patrimônio líquido dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou uma redução de R\$ 1.346,3 milhões, ou 27,0%, passando de R\$ 4.973 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.626,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (a) redução em fornecedores de R\$ 223,3 milhões; (b) redução de R\$ 752,1 milhões referente a debêntures; (c) redução de R\$ 629,2 milhões referente a empréstimos e financiamentos; (d) aumento de R\$ 19,1 milhões em obrigações com empregados e administradores; e (e) aumento de R\$ 32,8 milhões referente a concessão de serviços públicos. Conforme explicado abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores passou de R\$ 478,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 254,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 223,7 milhões, ou -46,7%. Essa redução ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (a) Redução de R\$ 137,6 milhões referente à baixa do saldo da LAMSAC, após a sua alienação; e (b) redução de

R\$ 49,9 milhões no METROBARRA devido ao pagamento das parcelas em aberto pela aquisição dos trens; e (c) redução de R\$ 18,9 milhões no MetrôRio.

Debêntures

As debêntures circulantes passaram de R\$ 983,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 231,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 752,0 milhões, ou 76,4%. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao pagamento de R\$ 600 milhões em debêntures do METROBARRA.

Empréstimo e financiamentos

Os empréstimo e financiamentos circulantes passaram de R\$ 1.966,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.337,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 629,2 milhões, ou 31,9%. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à reclassificação para o não circulante das debêntures da CART devido ao reestabelecimento das cláusulas restritivas no segundo trimestre de 2016, além de outras quitações no MetrôRio.

Concessão de serviço público

A concessão de serviço público passou de R\$ 1.218,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.251,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R\$ 32,8 milhões, ou 2,69%. Referida variação ocorreu em razão da atualização da outorga de GRU.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou uma redução de R\$ 1.447,9 milhões, ou 7,0%, passando de R\$ 20.823,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 19.375,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução ocorreu em razão dos seguintes fatores: (a) redução de R\$ 898,6 milhões no saldo de debêntures; e (b) redução de R\$ 743,5 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos, conforme explicado abaixo:

Empréstimo e financiamentos

Os empréstimo e financiamentos não circulantes passaram de R\$ 4.660,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.916,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 743,4 milhões, ou -15,9%. Essa redução ocorreu principalmente em razão dos seguintes fatores: (a) baixa das dívidas da LAMSAC no montante aproximado de R\$ 1.388,0 milhões após a venda da Concessionária; e (b) reclassificação das dívidas da CART para o longo prazo devido o restabelecimento das cláusulas restritivas que havia sido quebrada em 2015.

Debêntures

As debêntures passaram de R\$ 4.660,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.916,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 898,5 milhões, ou -22,6%. Essa redução ocorreu devido em razão dos seguintes fatores: (a) resgate antecipado das debêntures da Invepar no montante de aproximadamente R\$ 2.059,4 milhões; e (b) captação de R\$ 932,9 milhões no METROBARRA.

Patrimônio Líquido

O saldo de patrimônio líquido passou de R\$ 3.348,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.579,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R\$ 769,3 milhões ou 23,0%. Essa redução ocorreu principalmente em razão da baixa do ajuste acumulado de conversão, após a venda da LAMSAC, no montante de R\$ 744,0 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela abaixo indica os fluxos de caixa das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

	2018	2017	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.308.058	2.259.355	2.175.778	1.630.674
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(617.057)	(299.587)	1.391.172	(1.877.967)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento	(1.416.890)	(1.779.983)	(3.583.382)	118.608
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	274.111	179.785	215.488	(128.685)

Os Diretores da Companhia comentam abaixo as principais variações nas nos fluxos de caixa das atividades operacionais, dos investimentos realizados e dos financiamentos das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e 2015.

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais aumentou 2,2%, ou R\$ 48,7 milhões, que passou de R\$ 2.259,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.308,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu, principalmente, em razão dos seguintes fatores: (a) aumento no caixa gerado em transações com partes relacionadas; (b) redução na saída de caixa para pagamento de impostos em 2018; e (c) redução com maior valor de pagamento de fornecedores.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos aumentou em 106,0%, ou R\$ 317,4 milhões, passou de caixa gerado de R\$ 299,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para caixa consumido de R\$ 617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação ocorreu, principalmente, pelo efeito, em 2017, da venda da LAMSAC, ocorrida ao final de 2016 e com efeitos no saldo inicial de caixa de 2017.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento reduziu 20,4%, ou R\$ 363,1 milhões, passou de R\$ 1.780,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.416,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão dos seguintes fatores: (a) menor volume na captação de dívida; (b) aumento dos pagamentos devidos, principalmente, à amortização das Debêntures do MetroRio com o Banco do Brasil e Bradesco; e (c) redução de saída de caixa referente ao pagamento de outorga, comparado à 2017 quando houve adesão ao programa de repactuação da outorga fixa.

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais aumentou 3,8%, ou R\$ 83,6 milhões, que passou de R\$ 2.175,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.259,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu, principalmente, em razão dos seguintes fatores: (a) aumento no fluxo de caixa proveniente de recebimentos de clientes; (b) aumento no caixa

gerado em transações com partes relacionadas; e (c) redução significativa na saída de caixa para pagamento de impostos em 2017.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos aumentou em 122,0%, ou R\$ 1.690,8 milhões, passou de caixa gerado de R\$ 1.391,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para caixa consumido de R\$ 299,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação ocorreu, principalmente, em razão do caixa gerado em 2016 de R\$ 3.570,5 milhões na rubrica de alienação de investimento, devido ao recebimento pela venda das investidas LAMSAC e PEX Peru.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento reduziu 17%, ou R\$ 35,7 milhões, passou de R\$ 3.583,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.780,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão dos seguintes fatores: (a) redução na captação de empréstimos e debêntures, líquidos de R\$ 575,2 milhões; (b) redução referente ao pagamento de empréstimos e debêntures de R\$ 2.927,0 milhões (principalmente pelo resgate antecipado das debêntures da Invepar em 2016); e (c) aumento na saída de caixa referente ao pagamento da outorga fixa de GRU Airport, por conta da adesão ao programa de repactuação da outorga fixa.

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais se manteve em linha, apresentando um aumento de 33%, ou R\$ 545,1 milhões, que passou de R\$ 1.630,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.175,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu, principalmente, em razão do lucro antes dos impostos do exercício de 2016, derivado da venda da LAMSAC.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de investimentos reduziu em 174,0%, ou R\$ 3.269,1 milhões, passou de caixa aplicado de R\$ 1.877,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para caixa gerado de R\$ 1.391,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento ocorreu basicamente pelo recebimento da alienação da LAMSAC e PEX Peru em 2016.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento reduziu 3.121,0%, ou R\$ 3.702,0 milhões, passou de R\$ 118,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.583,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão dos seguintes fatores: (a) redução na captação de empréstimos e debêntures, líquidos de R\$ 2.734,4 milhões; e (b) aumento referente ao pagamento de empréstimos e debêntures de R\$ 745,8 milhões (principalmente pelo resgate antecipado das debêntures da Invepar).

10.2 Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro

Os diretores esclarecem que, neste item 10.2, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

Os Diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016, a receita operacional bruta da Companhia foi composta da seguinte maneira:

- Receitas de prestação de serviços nos segmentos em que atua, quais sejam rodovias, mobilidade urbana e aeroporto;
- Receitas acessórias, como a locação de espaços para estabelecimentos comerciais, uso de faixa de domínio e outras, sendo essas mais relevantes no segmento de aeroporto; e
- Receitas de construção.

Segundo os diretores, as variações na receita operacional bruta da Companhia estão relacionadas, principalmente, à performance operacional nas concessões, aos reajustes e revisões tarifárias contratuais incluindo os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão aprovados junto aos reguladores, além de fatores inerentes ao mercado, como crescimento do PIB, alterações em políticas macroeconômicas e sociais e outros. As receitas de construção são lançamentos contábeis, sem efeito caixa, onde são reconhecidos, pelo valor justo, a receita proveniente da prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, refletindo a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A seguir estão descritos os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais das empresas controladas da Companhia e que compõe seu resultado consolidado, incluindo a receita operacional bruta mencionada no tópico acima. As informações sobre a performance operacional em todas as empresas em que a Invepar possui participação, incluindo as empresas sob controle comum, estão disponíveis no Relatório da Administração da Companhia.

Em 2018, destacamos os seguintes eventos por segmento:

Rodovias: O tráfego consolidado em 2018 atingiu 235,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), representando uma queda de 0,2% em relação ao ano anterior, influenciado, principalmente, pela greve dos caminhoneiros e pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos.

Mobilidade urbana: O segmento de Mobilidade Urbana (considerando MetrôRio Linha 1 e 2, Linha 4 e VLT) atingiu 230,4 milhões de passageiros transportados em 2018, um acréscimo de 1,2% em relação ao ano anterior. O crescimento de 54,4% nos passageiros pagantes do VLT Carioca reverteu a queda de 1,2% no desempenho operacional do Metrô do Rio de Janeiro, incluindo as linhas 1, 2 e 4.

Aeroportos: O tráfego de passageiros em GRU Airport foi de 42,2 milhões no ano de 2018, apresentando um crescimento de 11,8% em relação ao ano anterior em função da maior oferta de assentos, com destaque para novos voos para Santiago, Nova Iorque e Roma, por novos voos para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste do país, além da utilização de aeronaves com maior capacidade de passageiros. O Movimento Total de Aeronaves (MTA) apresentou um aumento de 9,7% em 2018 comparado a 2017. Esse aumento é, principalmente, reflexo de voos extras das companhias aéreas para atender a maior demanda do período, além de novas rotas internacionais e nacionais. A movimentação de cargas no conjunto que consolida importação e exportação aumentou em 7,5% no ano de 2018 comparado ao mesmo período do

ano anterior, influenciada, principalmente, pelo aumento da carga nacionalizada em GRU, especialmente nos segmentos fármaco e automotivo, pelas novas frequências cargueiras das companhias aéreas Turkish e Qatar, por maior volume de exportação de produtos brasileiros e, ainda, pela migração de parte das operações de clientes que também operam em outros aeroportos. Em 2017, destacamos os seguintes eventos por segmento:

Rodovias: O tráfego consolidado em 2017 atingiu 236,3 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), representando uma queda de 18,7% em relação ao ano anterior, influenciado principalmente pela venda da via expressa urbana LAMSAC em Lima/Peru, que em 2016 contribuiu com 59,1 milhões de VEPs, o que representa uma média de 164 mil VEPs/dia.

Mobilidade urbana: O segmento de Mobilidade Urbana (considerando MetrôRio Linha 1 e 2, Linha 4 e VLT) atingiu 256,2 milhões de passageiros transportados em 2017, um crescimento de 0,4% em relação ao ano anterior. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao:

Início da arrecadação do VLT Carioca em julho de 2016;

Início da arrecadação da Concessão da Linha 4, operada pelo MetrôRio, em setembro de 2016;

Para uma melhor comparação da variação dos passageiros transportados foram excluídos os números do VLT Carioca e da Linha 4. Em bases comparáveis, a queda de passageiros transportados foi de 15,7% em relação a 2016. Essa redução deveu-se, principalmente, a:

Crise econômica já instalada no país, sendo que a cidade do Rio de Janeiro teve um impacto mais perceptível após o término dos jogos olímpicos e paraolímpicos (desemprego no Rio de Janeiro e atraso no pagamento dos servidores do Estado);

Finalização das obras viárias na cidade para as olimpíadas, o que melhorou a fluidez do trânsito na cidade, reduzindo o tempo de viagem em outros modais como ônibus e carros particulares;

Além da crise econômica, outro fator que impactou a demanda do MetrôRio foi a ampliação da diferença entre os valores de passagem entre os modais: o MetrôRio desde abril pratica um valor de R\$ 4,30 por passagem e os ônibus, que iniciaram o ano com valor de passagem de R\$ 3,80, tiveram a primeira redução por decisão judicial em agosto, para R\$ 3,60 e em novembro, nova decisão judicial reduziu para R\$ 3,40.

Aeroportos: O tráfego de passageiros em GRU Airport foi de 37,8 milhões no ano de 2017, apresentando um crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior. O aumento de 3,0% no total de passageiros domésticos pode ser explicado principalmente pelas novas rotas de empresas aéreas e aumento de vôos para a região sul do país, em função da tímida recuperação econômica ao longo do ano. Já o crescimento de 3,6% no total de passageiros internacionais ocorreu, principalmente devido ao aumento de rotas áreas e, entre outros aspectos, menor volatilidade do câmbio.

Em relação ao movimento de aeronaves houve uma redução de 0,7% a 2016. As companhias aéreas estão otimizando as frequências dos voos e o número de oferta de assentos, gerando assim maior ganho de produtividade e aumento da taxa de ocupação por aeronave. Por consequência, reduzindo o número de aeronaves.

A movimentação de cargas no conjunto que consolida importação e exportação aumentou em 17,1% no ano de 2017, comparado ao mesmo período do ano anterior, influenciada principalmente pelo aumento nas importações nos segmentos: automotivo, máquinas e têxtil. Aumento também da frequência de voos cargueiros além do início da operação de novas companhias.

Em 2016, destacamos os seguintes eventos por segmento:

Rodovias: O tráfego consolidado em 2016 ultrapassou 290 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP), um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior, influenciado principalmente pelo: (i) operação integral da Via 040 (contribuindo com 21,5 milhões de veículos leves e 44,6 milhões de pesados no total do grupo); e (ii) início da arrecadação da Via Rio (gerando um aumento de 4,3 milhões no ano).

Mobilidade urbana: O MetrôRio transportou 245,7 milhões de passageiros em 2016, um crescimento de 5,2% em relação a 2015. Esse aumento deveu-se, principalmente, à: (i) fechamento da Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro; e (ii) mudanças viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro, que desestimularam a circulação e estacionamento de veículos particulares na região; e (iii) movimentações dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Em jun/16 foi inaugurado o primeiro trecho do VLT contribuindo em 4,8 milhões de passageiros transportados no acumulado do ano.

Aeroportos: Devido à retração econômica no Brasil, GRU reduziu 6,2% do tráfego de passageiros, chegando a 36,6 milhões em 2016 se comparado a 39,0 milhões em 2015.

Além disso, apresentou redução também no MTA total em 9,2% e aumento de 1,7% em cargas. O aumento em cargas foi influenciado, principalmente, pelos seguintes aspectos: (i) aumento nas importações no segmento automotivo e farmacêutico; e (ii) mudança no critério de cobrança onde passou a ser cobrado por utilização e não movimentação de carga.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores mencionam abaixo os efeitos nas variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016.

Modificações de preços: As tarifas cobradas pelas concessionárias do grupo Invepar são reguladas e reajustadas conforme parâmetros e métricas estabelecidas nos contratos de concessão firmados junto ao Poder Concedente. Além disso, podem ocorrer reajustes e revisões tarifárias de modo a restabelecer as condições econômicas e financeiras estabelecidas nos respectivos contratos.

Taxas de câmbio: As receitas provenientes das operações das empresas do grupo Invepar são 100% denominadas em Reais e por isso são diretamente impactadas pelas variações na taxa de câmbio.

Inflação: As tarifas cobradas pelas concessionárias do grupo Invepar são reajustadas periodicamente com base na variação acumulada de índices de inflação, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A periodicidade, forma de cálculo e aplicação desses reajustes estão pactuadas nos contratos firmados junto ao Poder Concedente.

Alteração de volumes: O “efeito calendário”, que reflete o efeito da quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período, pode influenciar as receitas da Companhia em todos os segmentos, pois reflete no fluxo de veículos nas rodovias e no volume de passageiros nos ativos de mobilidade urbana e em GRU Airport. Os volumes de veículos e passageiros também pode ser afetado pela ocorrência ou não de eventos nas localidades onde as concessões estão presentes também podem influenciar nos volumes de veículos e passageiros. Como exemplo desses eventos, em 2016 houve as Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro, com impacto direto sobre a quantidade de passageiros no MetrôRio e Linha 4. Em 2018, a greve dos caminhoneiros, ocorrida no final do primeiro semestre, provocou redução no tráfego pelas rodovias do grupo Invepar.

Introdução de novos produtos ou serviços: As empresas do grupo Invepar são concessionárias que detém a exploração de rodovias, metrô, VLT e aeroporto. Portanto, são, sumariamente, prestadoras de serviços e por isso não há impactos relevantes da alteração de novos produtos nos segmentos que atua. No entanto, a introdução de novos serviços, principalmente de novas concessões ou da expansão de operações já existentes, causa impactos diretos sobre as receitas da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da companhia, quando relevante

Os diretores esclarecem a seguir o impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016.

Inflação: A inflação impacta o grupo Invepar, principalmente, em custos e despesas, especialmente nas linhas de pessoal e serviços, como energia elétrica, além de onerar parte significativa da dívida e parcela da Outorga Fixa paga ao Poder Concedente.

Variação dos preços dos principais insumos e produtos:

Câmbio: As variações na taxa de câmbio, especialmente a apreciação do Dólar Americano frente ao Real, podem influenciar no aumento dos preços dos insumos, especialmente no MetrôRio que utiliza peças e equipamentos importados, e em ativos e passivos financeiros, como nas aplicações financeiras em fundo cambial FIC e nos empréstimos e financiamento atrelados ao Dólar.

Taxa de juros: A taxa de juros impacta diretamente nas despesas financeiras da Companhia, especialmente nas dívidas oneradas pelo CDI e TJLP, e nas receitas financeiras remuneradas com base no CDI e Selic.

10.3 Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações contábeis e nos resultados da Companhia:

Os diretores esclarecem que, neste item 10.3, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

No dia 01 de agosto de 2016, ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 do sistema de metrô da cidade do Rio de Janeiro (trecho que compreende as estações General Osório até Jardim Oceânico) apenas para os usuários portadores de ingressos para os Jogos Olímpicos, atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos. Em 19 de setembro de 2016, a operação passou a vigorar para todos os usuários do sistema de metrô.

Os diretores informam, ainda, que nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2018 não ocorreram introduções ou alienações no segmento operacional da Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a alienação da totalidade das ações de emissão da Línea Amarilla S.A.C.(LAMSAC), de titularidade da subsidiária integral da Invepar Línea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA") pelo valor nominal referenciado a

31/12/2015 de s/ 3.698.500.000,00 e a alienação da totalidade das participações societárias direta e indireta da Companhia PEX Peru S.A.C. (PEX Peru), pelo valor nominal referenciado a 31/12/2015 ("Preliminary Purchase Price") s/ 37.300.000,00 para a Vinci Highways S.A.S.

Os diretores esclarecem, ainda, que nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2018 não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária da Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais:

Com o objetivo de focar nas suas concessões, no dia 7 de novembro de 2016 a Invepar decidiu descontinuar as operações da PEX S.A, Passe Expresso (empresa de pagamento automático de pedágio). Em 10 de dezembro de 2016, a PEX S.A. encerrou suas atividades. A partir desta data, os tag's, dispositivos eletrônicos concedidos pela Companhia, deixaram de ser válidos em todo território do Peru. Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e a alienação da totalidade das participações societárias direta e indireta da Companhia PEX Peru para a Vinci Highways S.A.S.

Pedido de adesão ao processo de relicitação da Via 040: Em 8 de setembro de 2017, a Companhia foi autorizada, pelos Conselhos de Administração da Invepar e da Via 040, a solicitar o pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal nos termos da Lei Nº 13.448/2017, sancionada em junho do mesmo ano. A Concessionária adotou as providências necessárias para o cumprimento das condições estabelecidas em lei para o processo de relicitação e aguarda o a evolução do processo junto aos órgãos competentes.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da Companhia, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 4ª emissões de debêntures da Invepar de 'brA-' para 'brBB-'. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para as controladas CART e MetrôBarra, que tiveram seus ratings de Emissor rebaixados de 'brA-' para 'brBB-', respectivamente, em Escala Nacional Brasil. Os ratings da Companhia e das suas controladas CART e MetrôBarra permanecem em CreditWatch negativo. Como consequência do rebaixamento, a Invepar iniciou os procedimentos aplicáveis e previstos nas escrituras das emissões visando a minimizar impactos frente aos debenturistas, de forma a não ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures. O rebaixamento do rating também acionou cláusulas de vencimento antecipado nas debêntures emitidas pela CART e pela MetrôBarra, que também iniciaram os procedimentos aplicáveis junto aos debenturistas de modo a não ser declarado o vencimento antecipado das debêntures.

10.4 Comentários dos diretores sobre

Os diretores esclarecem que, neste item 10.4, serão apresentadas informações com base nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

CPC 33 (R1) – Alterações, reduções ou liquidação de planos: As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a entidade deve:

- Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento.
- Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do asset ceiling. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do asset ceiling após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis.

IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda: A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. O Grupo adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa: De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações contábeis da Companhia.

MELHORIAS ANUAIS - Ciclo 2015-2017

- CPC 15 (R1) - Combinações de negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos

da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade deve aplicar estas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Estas alterações aplicam-se às combinações de negócios futuros da Companhia.

- CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto

Uma parte que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não serão reavaliadas.

A entidade deve aplicar estas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Atualmente, estas alterações não são aplicáveis a Companhia, mas podem ser aplicáveis à transações futuras.

- CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados.

A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual do Grupo está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações contábeis consolidadas.

- CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adotá-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a prática atual do Grupo está alinhada a estas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações contábeis consolidadas.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento)

Introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária não prevê impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48, onde aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber. Até as análises mais recentes, a Companhia e suas controladas estimam que não haverá impactos relevantes pela mudança de modelo de perdas incorridas para perdas esperadas.

IFRS 15/CPC 47 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento)

Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais

Os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) (A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1))

Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas da Companhia e suas controladas, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa

Fornecer orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.

IAS 12 – Tributo sobre o lucro

Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.

Os pronunciamentos não representaram impactos relevantes em suas demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os Diretores da Companhia informam que não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do Auditor.

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos Auditores Independentes não apresentam ressalvas sobre a auditoria das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Ênfases

Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2018

Procedimento arbitral em controlada – CART: Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 15 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, a Administração da controlada, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, estimaram a parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizaram as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela controlada com a probabilidade de êxito. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Relicitação do contrato de concessão – Via 040: Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.a e 8.o., onde em 11 de setembro de 2017 a Administração da controlada Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 informa que protocolou junto à ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente), ao Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil (“MTPA”) e Programa de Investimentos em Logística (“PIL”), o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Diante da indefinição quanto à regulamentação da relicitação, em 20 de julho de 2018, a Controlada ajuizou ação cautelar com o objetivo de afastar a imposição de penalidades e de redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento a parâmetros de desempenho, bem como impedir a execução de garantias contratuais até a conclusão do processo de relicitação. Em 24 de agosto de 2018, foi concedida liminar a ação cautelar protocolada. Adicionalmente, no dia 18 de setembro de 2018, a Via 040 instaurou processo arbitral, em face da ANTT, com pedido de readequação do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e de ratificação da medida liminar deferida. Dessa forma, até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, como ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis, a Administração da controlada adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida relicitação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2017

Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.b às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem a Companhia, acionistas e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Procedimento arbitral em controlada – CART: Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 15 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Até o momento, não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS). Dessa forma, os advogados da CART não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois, nesse momento, não têm

elementos suficientes para essa avaliação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Descontinuidade da Concessão através de relicitação do contrato de concessão – Via 040: Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a, onde a Administração da controlada Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 informa que protocolou junto a ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente) o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, não houve manifestação do Poder concedente quanto a aceitação do pedido protocolado pela controlada, e, conseqüentemente, ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis. Dessa forma, conforme mencionado nas Notas explicativas nº. 8 e 11, a Administração da controlada adotou, para mensuração dos seus ativos e passivo o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida relicitação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2016

Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas: Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações “Lava Jato” e “Operação *Greenfield*”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado.

Procedimento arbitral em controlada: Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 26 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. No momento, os advogados da CART não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, procedimento este, que somente poderá ser efetuado, caso seja realmente instituída a arbitragem e somente com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso da arbitragem.

Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”) - Concessionária BR-040 S.A. – VIA 040: Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 8.o, onde a Administração da Concessionária BR-040 S.A. – VIA 040 (“Concessionária”) informa que efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Medida Provisória 752, de 24 de novembro de 2016. Tal premissa tem como entendimento a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida

relicitação e considera o progresso das discussões e tramitações em torno da conversão em Lei da Medida Provisória 752.

10.5 Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas adotadas pela companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Abaixo estão os comentários dos diretores sobre as políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Estimativas e premissas:

Provisões:

Provisão para manutenção

As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Contingências:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Reconhecimento da receita:

Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à

construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

Créditos fiscais:

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Ativos de longa duração:

Direitos de concessão e exploração de infraestrutura

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos são amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente, exceto GRU AIRPORT que é amortizado pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo.

A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

Vida útil de ativos não-circulantes:

Não há políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia relacionadas à vida útil de ativos não-circulantes.

Planos de pensão:

Plano de previdência

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Plano de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia possui Programa de Incentivo de Longo Prazo – Performance Phantom Stock Options para alguns administradores. Este programa não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da LSA. Portanto, não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia. O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis e visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos-chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia. O plano concederá o pagamento de premiações em dinheiro baseadas no crescimento do valor da empresa (IPCA + 9,7% a.a.), condicionada ao alcance do gatilho de 90% da meta projetada de EBITDA. O primeiro ciclo iniciou-se em 1º de janeiro de 2017 e tem vigência de oito anos, onde o participante poderá exercer a opção a partir do quarto ano, conforme regra de vesting. O primeiro gatilho ocorrerá em 2020, os participantes terão direito a 33,33% das ações outorgadas, o mesmo ocorrerá em 2021 e 2022, completando assim 100%. Caso não seja atingida a meta em cada vesting, a respectiva parcela (1/3) não será exercida. A última janela para exercer as opções corresponderá ao oitavo ano desde sua concessão.

Ajustes de conversão em moeda estrangeira:

Transações em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Tanto os ativos quanto os passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Custos de recuperação ambiental:

Não há políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia relacionadas à custos de recuperação ambiental.

Critérios para teste de recuperação de ativos:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Instrumentos financeiros:

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores esclarecem que, neste item 10.6, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos e passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

b) Natureza e o propósito da operação:

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam

evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

10.8 Comentários dos nossos Diretores sobre os principais elementos do nosso plano de negócios, especificando os seguintes tópicos

Os diretores esclarecem que, neste item 10.8, serão apresentadas informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segmento	Investimento em R\$ milhões
Rodovias	260,4
Mobilidade Urbana	144,3
Aeroporto	84,4
Total	490,8

RODOVIAS: Na CART, além dos projetos de pavimentação e terraplanagem, em 2018 foi duplicado mais um trecho da SP-225, compreendido do Km 284+150 ao Km 289-900. Os projetos de pavimentação e revitalização da via também foram executados em outras rodovias, como na Via 040. Na LAMSA, destaque para a revitalização de viadutos. Em 2018 a Companhia também renovou a frota de veículos operacionais.

MOBILIDADE URBANA: Foram executados projetos voltados, principalmente, para a melhoria da fluidez do tráfego, segurança e confiabilidade das operações, como a automatização da zona de manobras da estação Pavuna, na Linha 2 do MetrôRio, e o piloto automático nas operações da Linha 4.

AEROPORTOS: Destaque para o projeto Agile, que introduziu procedimento de pousos e decolagens simultâneos, permitindo maior eficiência no gerenciamento do tráfego aéreo, redução no tempo de espera das aeronaves em voo e em solo, além de diminuir a emissão de gases CO₂, além dos investimentos voltados para aumento de capacidade no Terminal de Cargas e ampliação e modernização dos Terminais de Embarque.

ii. Fontes de financiamento dos nossos investimentos

As fontes de financiamento da Companhia consistem em aportes de capital pelos acionistas da Companhia e financiamentos, preferencialmente os de longo prazo, além da emissão de valores mobiliários representativos da dívida.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 08 de setembro de 2017, a Companhia foi autorizada, pelos Conselhos de Administração da Invepar e da Via 040, a solicitar o pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal nos termos da Lei Nº 13.448/2017, sancionada em junho do mesmo ano. A Concessionária adotou as providências necessárias para o cumprimento das condições estabelecidas em lei para o processo de relicitação e aguarda o a evolução do processo junto aos órgãos competentes. Os diretores informam que não

há outros desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos além deste relacionado à relicitação da Via 040.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os Diretores da Companhia informam que não há operações de aquisições plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que já tenham sido divulgadas e possam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. Montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores informam que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em andamento ou que tenham sido desenvolvidos nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016.

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os Diretores da Companhia informam os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional foram divulgadas nos demais itens da seção 10 deste Formulário de Referência.

(b) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2018 (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

O ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09 não está sendo apresentado em função de apuração de prejuízo no exercício.

(c/d) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DE MEMBROS PARA O CONSELHO FISCAL E RATIFICAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. (ITENS 12.5.a-I/12.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA):

12.5.a-I/12.6. MEMBROS INDICADOS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:

(i) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador
Maria Carmen Westerlund Montera	28/01/1952	Economista	362.882.927-53	Membro Titular	31/01/2019	31/01/2019	AGO 2020	Membro Titular do Conselho de Administração	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
	Não		0						
Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador
Marcelo Resende Allain	30/05/1967	Economista	599.586.266-91	Membro Suplente	29/04/2019	29/04/2019	AGO 2020	Membro Suplente do Conselho de Administração	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						

	Não		0						
Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador
Olivier Michel Colas	22/07/1961	Economista	144.236.168-90	Membro Suplente	29/04/2019	29/04/2019	AGO 2020	Membro Suplente do Conselho de Administração	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
	Não		0						

(ii) CONSELHO FISCAL:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador
Edison Carlos Fernandes	24/08/1971	Advogado	163.854.428-02	Membro Titular	29/04/2019	29/04/2019	AGO 2020	Não	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
	Não		2						
Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador

Mauro César Medeiros de Mello	22/03/1949	Economista	097.687.857-72	Membro Suplente	29/04/2019	29/04/2019	AGO 2020	Não	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
	Não		1						
Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador
Sidney Passeri	25/12/1964	Administrador	053.894.718-73	Membro Titular	29/04/2019	29/04/2019	AGO 2020	Não	Sim
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
	Não		3 ¹						
Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador
Cristina Fontes Doherty	26/05/1965	Economista	803.661.047-72	Membro Suplente	29/04/2019	29/04/2019	AGO 2020	Não	Sim
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
	Não		0						
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
Não		7 ²							

¹ O Sr. Sidney Passeri foi eleito para o cargo de membro suplente em 2 mandatos consecutivos.

12.5.m CURRÍCULOS E OUTRAS INFORMAÇÕES DOS MEMBROS INDICADOS PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Carmen Westerlund Montera

Maria Carmen Westerlund Montera é economista formada pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes, é também bacharel em Letras pela PUC/RJ, com especialização em Mercado de Capitais na EPGE/FGV/RJ. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da BR Distribuidora (2018-2020) ; membro suplente do Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, desde maio de 2014; membro do Conselho Fiscal da Aes Tietê Energia S.A.; membro suplente do Conselho Fiscal da Brasiliana Participações desde abril de 2017 ; membro suplente do Conselho Fiscal da Klabin S.A. desde março de 2017; e membro do Conselho Fiscal da Banrisula S.A. desde março de 2018. É também membro do comitê de auditoria e riscos da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A desde janeiro de 2017 e membro do comitê de auditoria e riscos da Tupy S.A desde 2009. Foi gerente na BNDES Participações S.A.- BNDESPAR responsável pelo investimento em empresas e em fundos de investimentos de 1987 a 2002, chefe do Departamento de Comunicação e Cultura do BNDES em 2004 e economista do Departamento de Gestão e Acompanhamento da Carteira da BNDESPAR de 2005 a junho de 2013. Foi também membro do Conselho de Administração da Tupy S.A. de 2006 a 2013 e da Cia de Distribuição de Gás do Rio de Janeiro (cia aberta concessionária distribuidora de gás) de 2006 a 2012; membro do Conselho Fiscal da AES Elpa em 2011-2013 e da AES Tietê S.A. em 2011-2013,2014-2015; membro do Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo em 2011-2013, e membro do comitê de governança e gestão de pessoas da Tupy S.A em 2009 - 2015. Foi ainda, membro do Conselho de Administração e dos comitês financeiro e de gestão da Brasil Ferrovias e da Ferronorte SA (cias abertas concessionárias de ferrovias), membro do comitê de investimentos do Fundo FIP Brasil Energia e do Fundo de Petróleo, Gás e Energia; membro do Conselho de Administração de Spes prestadoras de serviços para a Petrobrás (Companhia de Recuperação Secundária CRSEC, Marlim Participações e Nova Marlim Participações) e membro suplente do Conselho de Administração da Net Serviços de Comunicação SA e do comitê de Finanças da Telemar Participações SA. A Sra. Maria Carmen Westerlund Montera declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Maria Carmen Westerlund Montera declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.

Marcelo Resende Allain

Marcelo Resende Allain é economista formado em Ciências Econômicas pela UFMG e mestre em Economia pela Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (IP-USP). Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: (i) Sócio-diretor da BR Infra Group, (ii) Secretário de Articulação de Investimentos e Parcerias do PPI (Governo federal) em 2016/17; (iii) secretário executivo do Conselho Gestor de PPP e do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (Governo do Estado de SP) em 2015/16. Atuou como diretor estatutário responsável por asset management dos Bancos Barclays (2007/09) e Inter American Express (2001/02) e como economista-chefe dos bancos Votorantim (1993/94), BMC (1995/99) e Inter American Express (1999/2000). Foi tesoureiro do grupo Nestlé no Brasil e chairman do Comitê de Investimentos da Fundação Nestlé de Previdência Privada (2003/07). Foi coordenador de política monetária e financeira da Secretaria de Política Econômica/Ministério da Fazenda em 1994/95. O Sr. Marcelo Resende Allain declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática

de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Marcelo Resende Allain declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.

Olivier Michel Colas

Olivier Michel Colas é economista formado em Section Économique et Financière pelo Institut d' Études Politiques de Paris, possui Business Leadership Program pela University of Pennsylvania – The Wharton School, Executive Education – Making Corporate Boards More Effective pela Harvard Business School e Conselheiro de Administração Certificado IBGC. Atualmente sócio da Quasar Asset Management, Olivier, que tem 32 anos de experiência profissional, foi presidente da Coimex Trading e Vice-Presidente da Kepler Weber com atuação junto ao mercado de capitais e na área de relações com investidores. Ocupou também várias posições executivas em mercados globais pela Saint-Gobain e pela Shell no Reino Unido, EUA, França e Brasil. Participa de conselhos de administração. O Sr. Olivier Michel Colas declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Olivier Michel Colas declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.

CONSELHO FISCAL:

Edison Carlos Fernandes - Membro Titular do Conselho Fiscal

Brasileiro, advogado, graduado pela Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco (1994), pós-graduado em Direito Tributário pelo Centro de Extensão Universitária, atual Instituto Internacional de Ciências Sociais – IICS (1996); Pós-graduado em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1998); Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002); Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atuou como Membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda – atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (2001 a 2003); Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (2001 a 2002); Consultor tributário da PricewaterhouseCoopers (1995 a 1998); Membro do Conselho Fiscal da empresa VIVER S.A.; Membro do Conselho Fiscal da empresa MATABOI S.A.; Professor na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2004 a 2014); Presidente da Comissão de Finanças do Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças – IBEF, sessão São Paulo. Atualmente é professor das matérias de contabilidade para os cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (GVLaw e GVManagement) (Desde 2004); Coordenador do Núcleo de Direito Tributário do CEU-IICS Escola de Direito (Desde 2012); Co-coordenador do Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade – GEDEC da FGV Direito SP; Titular da Cadeira nº 29 da Academia Paulista de Letras Jurídicas – APLJ; Professor do curso de especialização da Associação Paulista de Estudos Tributários – APET. É autor de diversos livros, dentre eles: “Direito e contabilidade: fundamentos do direito contábil” (Trevisan); “IRPJ e CSLL” (Atlas); “Demonstrações financeiras: gerando valor para o acionista” (Atlas) e de diversos textos especializados. O Sr. Edison Carlos Fernandes declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Edison Carlos Fernandes declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.

Mauro César Medeiros de Mello - Membro Suplente do Conselho Fiscal

Brasileiro, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Possui diversos cursos de extensão dentre eles: (i) ESAF – University South Carolina (1978); (ii) Administração – IAG/PUC/RJ (1980); (iii) Administração de Negócios Financeiros – University of Miami – EUA (1992); e (iv) Comércio Internancional - University of Miami – EUA (1992). Atua desde abril de 2013 como Conselheiro Fiscal da Forja Taurus S/A. Ocupa o cargo de Diretor Acionista da RJI Gestão & Investimentos desde junho de 2009; e Diretor Acionista da Melpar Participações e Consultoria desde maio de 1999. Atuou na CMC – Comissão de mercado de Capitais – Angola, no Mercado Financeiro e de Capitais (2006 a 2012) e na Bolsa de Valores e Mercadorias de Angola (2006 a 2012). Foi Diretor Acionista da Geração Futuro Corretora de Valores (2001 até outubro de 2007); Diretor Acionista da Futuro Corretora de Valores Ltda (1996 a 2001); Diretor Acionista da Futuro DTVM (1996); Diretor de Operações da Worldinvest Investimentos (1995 a 1996); Diretor Adjunto de Operações do Banco BRJ S.A (1994 a 1995); Acionista Diretor do Grupo Equipe – Equipe Participações/ Corretora de Valores/ Equipe DTVM (1985 a 1994); Executivo do Grupo Omega – Promega Participações/ Banco Omega/ Corretora/ Distribuidora/ Promega Imob.(1969 a 1985); Aux. Ger. Executivo do Banco Nacional do Comércio S.A (1968 a 1969). Atuou como Professor de Cursos como IBCB/SP, ADEVAL/SP e ANDIMA/RJ (1979 a 1984). Foi Integrante do Grupo Implantação SELIC – BACEN/ADIMA (1978 a 1979); Integrante do Grupo de Implantação do CETIP (1980 a 1981); Coordenador do Comitê Administrativo ANDIMA/RJ (1979 a 1983); Membro do Comitê Administrativo ADAVAL/RJ (1990); Membro do Comitê de Ética Operacional da ANDIMA (1993); Membro do Comitê de Novos Produtos da ANDIMA (1999 a 2006); Membro do Comitê de Mercado da ANDIMA (2006 a 2007); Diretor Financeiro do Sindicato das Corretoras de DTVMs do Rio de Janeiro (2002 a 2003); Membro do Conselho do Clube Americano do RJ (2002 a 2003); Presidente do Clube Americano do RJ (2004 a 2005); Diretor da ANDIMA (2002 a 2005); Membro do Comitê do SINACOR/BOVESPA (2002 a 2006); Membro do Comitê do Tesouro Direto/ BOVESPA (2004 a 2005);e Conselheiro Efetivo da ANCOR (2006 a 2008)

Sidney Passeri - Membro Titular do Conselho Fiscal

Brasileiro, mestre em Administração – PUC (SP), é Administrador e Advogado regularmente inscrito na OAB-SP, formado pela Faculdade de Direito de Guarulhos-SP. Possui MBA em Gestão de Negócios (Fundação Dom Cabral - PUC-MG), Pós-Graduação em Administração de Empresas (FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas -SP) e Pós-Graduação em Direito do Trabalho (FMU-SP). Desde junho/2016 exerce a função de Assessor Especial da Presidência do Banco d Brasil onde atua em diversas frentes de projetos estratégico da Instituição, na qual construiu sua carreira ao longo de mais de 36 anos (1979-2015). Entre 2010 e 2015 integrou a Diretoria Executiva do BB como Gerente-Geral de Unidades Estratégicas diferentes, nas quais liderou Projetos Estratégicos como a Aquisição de Instituição Financeira nos EUA e a Integração entre Banco do Brasil e Correios na estruturação do Banco Postal. Integrou o Comitê Gestor dos Projetos DDA - Débito Direto Autorizado e SCG - Sistema de Controle de Garantias junto à FEBRABAN. Conselheiro Fiscal Suplente da Invepar (desde 2016), também foi Conselheiro Titular do Conselho Deliberativo da BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil (2009/2012 e 2015/2016). O Sr. Sidney Passeri declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Sidney Passeri declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.

Cristina Fontes Doherty- Membro Suplente do Conselho Fiscal

Brasileira, Economista, Conselheira de Administração certificada pelo IBGC, parte do grupo WCD - Women Corporate Directors. Possui mais de 25 anos de experiência nas áreas de Finanças Corporativas, Desenvolvimento de Negócios, Gestão de Participações, Governança Corporativa, Avaliação de Negócios e Fusão, Aquisições e Desinvestimentos de Empresas e vivência em empresas multinacionais de grande porte e nacionais. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: (i) Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios e Gestão de Participações na Vale S.A. (Fev/1992 a Julho/2016); (ii) Conselheira de Administração na TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (jan/2011

até jul/2016); (iii) Conselheira de Administração na CSPecém – Companhia Siderúrgica do Pecém (mar/2011 até jul/2016); (iii) Conselheira de Administração na Vale Omã Pellet Plant (jul/2013 até jul/2016). A Sra. Cristina Fontes Doherty declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.). A Sra. Cristina Fontes Doherty declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.

12.5.n. DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS: (i) QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL, (ii) QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM E AS PENAS APLICADAS, OU (iii) QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER, DOS CANDIDATOS AOS CARGOS DE CONSELHEIRO DE ADMISTRAÇÃO E CONSELHEIRO FISCAL DA COMPANHIA:

Os membros indicados para o Conselho Fiscal da Companhia não sofreram condenações de tais naturezas nos últimos 5 (cinco) anos.

12.6. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS PESSOAS QUE ATUARAM COMO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DO CONSELHO FISCAL NO ÚLTIMO EXERCÍCIO, INFORMAR, EM FORMATO DE TABELA, O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO NO MESMO PERÍODO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO:

Conselho Fiscal

Nome	Total de reuniões realizadas do Conselho Fiscal	% de Participação nas reuniões do Conselho Fiscal
Edison Carlos Fernandes	7	100%
Mauro César Medeiros de Mello	7	0%
Sidney Passeri	7	100%
Cristina Fontes Doherty	N/A	N/A

Conselho de Administração

Nome	Total de reuniões realizadas do Conselho de Administração	% de Participação nas reuniões do Conselho de Administração
Mari Carmen Westerlund Montera	12	100%
Marcelo Resende Allain	N/A	N/A
Olivier Michel Colas	N/A	N/A

12.7. FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.5 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS:

COMITÊ DE AUDITORIA

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Acionista Controlador
Maria Carmen Westerlund Montera	28/01/1952	Economista	362.882.927-53	Membro Titular	31/01/2019	31/01/2019	AGO 2020	Membro Titular do Conselho de Administração	Não
	Membro independente		Nº de Mandatos Consecutivos						
	Não		0						

12.8 EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS PESSOAS QUE ATUARAM COMO MEMBRO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS, INFORMAR, EM FORMATO DE TABELA, O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO NO MESMO PERÍODO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO:

Nome	Total de reuniões realizadas do Comitê de Auditoria	% de Participação nas reuniões do Comitê de Auditoria
Maria Carmen Westerlund Montera	3	100%

12.9. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE: (a) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA; (b) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E ADMINISTRADORES DE CONTROLADAS, DIRETAS OU INDIRETAS, DA COMPANHIA; (c) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS, DIRETAS OU INDIRETAS E CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS DA COMPANHIA; OU (d) ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES CONTROLADORAS DIRETAS OU INDIRETAS DA COMPANHIA:

Não há

12.10. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 (TRÊS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E:

a. Sociedades Controladas, Direta ou Indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:

Não há.

b. Controlador Direto ou Indireto da Companhia:

Não há.

c. Outras Relações de Natureza Relevante:

Não há.

(e). INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:

13.1. Política de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

Conselho de Administração	
a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Política de Remuneração da Invepar para o Conselho de Administração busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Conselho, prestadores de serviço a Companhia.
b. composição da remuneração, indicando:	<p>(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;</p> <p>A remuneração do Conselho de Administração é definida considerando um adequado alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante e o desempenho econômico-financeiro da Companhia. O Conselho de Administração recebe unicamente remuneração fixa, sob a rubrica de Pró-Labore, não fazendo jus ao recebimento de remuneração variável e benefícios. A remuneração tem por objetivo a retenção dos profissionais e retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado.</p> <p>(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;</p> <p>Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a remuneração do Conselho de Administração foi 100% do tipo remuneração fixa.</p> <p>(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;</p> <p>Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de conselhos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas</p>

	<p>práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes.</p> <p>(iv) razões que justificam a composição da remuneração;</p> <p>A estrutura e a composição da Remuneração do Conselho de Administração da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida aos membros do Conselho.</p> <p>(v) a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato</p> <p>Não há membros do Conselho de Administração que não sejam remunerados pela companhia.</p>
c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.	Não aplicável. A remuneração do Conselho de Administração não está associada à indicadores de desempenho corporativos ou pessoais.
d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.	Não aplicável. A remuneração do Conselho de Administração não está associada à indicadores de desempenho Corporativos ou pessoais.
e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.	A remuneração do Conselho de Administração viabiliza a atração, retenção e o desenvolvimento da prestação de serviços por parte dos profissionais, levando em consideração suas competências, reponsabilidades e dedicação na busca pela execução do Plano de Negócios da Companhia e o atingimento das metas.
f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.	Não aplicável. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é integralmente suportada pela Companhia.
g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.	Não aplicável. A remuneração do Conselho de Administração é composta somente por remuneração fixa e que não está vinculada à ocorrência de evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.
h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:</p> <p>A diretoria da Invepar propõe, o Comitê de RH analisa e produz recomendação ao Conselho de Administração, o Conselho de administração delibera. Se houver modificação de critérios, antes da</p>

	<p>deliberação do Conselho de Administração o tema é submetido à Reunião Prévia de Acionistas.</p> <p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos: A estrutura e a formatação da Remuneração do Conselho de Administração da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida aos membros do Conselho.</p> <p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da companhia Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de Conselhos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado.</p>
--	--

Diretoria	
a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Política de Remuneração da INVEPAR busca alinhar os interesses dos administradores à estratégia do negócio por meio de uma remuneração justa, equilibrada com o mercado e competitiva, bem como a promover a retenção dos profissionais. As regras de remuneração vigentes foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração.
b. composição da remuneração, indicando:	<p>(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;</p> <p>A remuneração da Diretoria é composta por uma parcela fixa mensal, uma parcela variável atrelada a indicadores de desempenho e uma parcela composta por benefícios, por deliberação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da Companhia. O portfólio de benefícios da Diretoria é composto por Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida em Grupo, Plano de Previdência Privada e Vale Refeição. A Diretoria Estatutária e Não Estatutária conta também com Plano de Incentivo de Longo Prazo, do tipo Performance Phantom Stock Options, com pagamento de premiações em dinheiro, baseadas no crescimento do valor da empresa, após um prazo determinado (período de <i>vesting</i>), condicionada ao alcance de metas pré-estabelecidas. Este Plano foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de maio de 2017 e em 21 de dezembro de 2018 e divulgado nas páginas da</p>

Companhia (<http://ri.invepar.com.br>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

A remuneração da diretoria tem por objetivo a retribuição pelos serviços prestados, responsabilidade do cargo, experiência, competência, reputação profissional, alinhamento de interesses e retenção dos profissionais. Leva em consideração os resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

- (ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Exercício social encerrando em 2018:

- Remuneração Fixa: 40,7%
- Remuneração Variável: 50,1%
- Benefícios: 9,2%
- Plano de Incentivo de Longo Prazo: 0%

Exercício social encerrando em 2017:

- Remuneração Fixa: 38,6%
- Remuneração Variável: 52,2%
- Benefícios: 9,2%
- Plano de Incentivo de Longo Prazo: 0%

Exercício social encerrando em 2016:

- Remuneração Fixa: 51,2%
- Remuneração Variável: 19,4%
- Benefícios: 29,4%
- Plano de Incentivo de Longo Prazo: 0%

- (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A composição da remuneração total da Diretoria Estatutária é definida considerando um adequado alinhamento à prática de remuneração aplicada pelo mercado para empresas de porte semelhante e ao desempenho da Companhia frente às metas previamente contratadas.

A remuneração fixa e variável e os benefícios pagos aos Diretores podem ser ajustados periodicamente, de modo a se manterem alinhados à prática de mercado.

A remuneração variável da Diretoria possui indicadores globais, tais como EBITDA e Geração de Caixa, além de indicadores de desempenho individual e gestão, podendo ser customizados por posição. Os indicadores e metas são revisados e aprovadas pelo Conselho de Administração anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

	<p>O pagamento das premiações em dinheiro do Plano de Incentivo de Longo Prazo está condicionado ao alcance de metas pré-estabelecidas. O cálculo das Outorgas seguirá a metodologia de Expected Growth, onde o delta da opção corresponde à diferença entre o preço estimado de venda da unit e o preço do exercício, que é definido na outorga.</p> <p>(iv) razões que justificam a composição da remuneração; e</p> <p>A composição da remuneração dos membros da diretoria também busca o alinhamento com o que é praticado pelas empresas de porte semelhante ao da Companhia. O modelo de remuneração total e os indicadores para a remuneração variável refletem os objetivos do orçamento e do plano de negócios, desempenho financeiro e operacional, além da estratégia do Grupo. Sendo assim, diretamente alinhados com os interesses dos acionistas</p> <p>(v) a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato</p> <p>Não aplicável. Não existem membros não remunerados nas diretorias estatutária e não estatutária da Companhia.</p>
<p>c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.</p>	<p>A remuneração variável da Diretoria é apurada com base em resultados de indicadores de desempenho previamente contratados e aprovados pelo Conselho de Administração, tais como EBITDA e Geração de Caixa, além de indicadores de desempenho individual e de gestão, podendo ser customizados por posição.</p> <p>Já no Plano de Incentivo e Longo Prazo são empregados indicadores de desempenho previamente contratados e aprovados pelo Conselho de Administração, tais como EBITDA (gatilho) e crescimento do valor da Companhia.</p>
<p>d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.</p>	<p>As parcelas de remuneração variável de curto prazo e do Plano de Incentivo de Longo Prazo estão diretamente relacionadas aos planos de negócio da Companhia e aos resultados atingidos pelos indicadores de desempenho definidos no processo de planejamento de metas que são previamente contratadas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Tais componentes da remuneração possuem gatilhos que correspondem ao resultado mínimo necessário para efetivação de pagamento, além de uma faixa de avaliação que permite recompensar proporcionalmente eventuais desempenhos acima e abaixo do esperado dentro da faixa definida.</p>

<p>e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.</p>	<p>A remuneração da Diretoria viabiliza a atração, retenção e o desenvolvimento da prestação de serviços por parte dos profissionais, levando em consideração suas competências, responsabilidades e dedicação na busca pela execução do Plano de Negócios da companhia. A prática de remuneração da Diretoria reflete os objetivos do orçamento e do plano de negócios da Companhia, bem como ao desempenho financeiro e operacional, além da estratégia do Grupo. A prática de remuneração está diretamente alinhada aos interesses dos acionistas.</p>
<p>f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.</p>	<p>Não aplicável. A remuneração dos membros da Diretoria é integralmente suportada pela Companhia.</p>
<p>g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.</p>	<p>Está vigente um Plano de Incentivo de Longo Prazo, sem previsão de pagamento no exercício social corrente (2019). No entanto, na ocorrência de eventos de liquidez (IPO ou alteração da composição do bloco de controle da Invepar envolvendo 50% + 1 ação ordinária), o mesmo Plano prevê a antecipação de 100% dos valores <i>unvested</i>, em conformidade com as regras do Plano.</p>
<p>h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:</p>	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam A diretoria da Invepar apresenta estudos, o Comitê de RH analisa e produz recomendação ao Conselho de Administração, o Conselho de Administração delibera. Se houver modificação de critérios, antes da deliberação do Conselho de Administração, o tema é submetido à Reunião Prévia de Acionistas.</p> <p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos A estrutura e a composição da Remuneração da Diretoria Estatutária da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida e aprovada pelo Conselho de Administração da companhia. São monitorados anualmente através de pesquisa de mercado realizada por empresa especializada em remuneração.</p> <p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da companhia Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de executivos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado.</p>

Conselho Fiscal	
<p>a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Política de Remuneração da Invepar para o Conselho Fiscal busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Conselho, prestadores de serviço a Companhia. A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia obedece ao que dispõe o artigo 162, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.</p>
<p>b. composição da remuneração, indicando:</p>	<p>(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;</p> <p>O Conselho Fiscal recebe unicamente remuneração fixa, não fazendo jus ao recebimento de remuneração variável e benefícios. A remuneração tem por objetivo a retenção dos profissionais e retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado. A composição da remuneração do Conselho Fiscal é definida considerando o desempenho econômico-financeiro da Companhia e um adequado alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante.</p> <p>(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;</p> <p>Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a remuneração do Conselho Fiscal foi 100% do tipo remuneração fixa.</p> <p>(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;</p> <p>A composição da remuneração total do Conselho Fiscal é definida considerando um adequado alinhamento à prática de remuneração aplicada pelo mercado para empresas de porte semelhante e ao desempenho econômico-financeiro da Companhia. A remuneração fixa paga aos membros do Conselho Fiscal pode ser ajustada periodicamente, de modo a se manterem alinhados à prática de mercado e atendimento do que prevê o artigo 162, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.</p>

	<p>(iv) razões que justificam a composição da remuneração; e O modelo de remuneração total do Conselho Fiscal reflete os objetivos do orçamento e do plano de negócios, desempenho financeiro e operacional, além da estratégia do Grupo. Sendo assim, diretamente alinhados com os interesses dos acionistas A composição da remuneração dos membros do conselho fiscal também busca o alinhamento com o praticado pelas empresas de porte semelhante ao da Companhia.</p> <p>(v) a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato</p> <p>Não aplicável. Não existem membros não remunerados no Conselho Fiscal da Companhia.</p>
c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.	Não aplicável. A remuneração do Conselho Fiscal não está associada à indicadores de desempenho Corporativos ou pessoais.
d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.	Não aplicável. A remuneração do Conselho Fiscal não está associada à indicadores de desempenho Corporativos ou pessoais.
e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.	A remuneração do Conselho Fiscal viabiliza a atração, retenção e o desenvolvimento da prestação de serviços por parte dos profissionais, levando em consideração suas competências, responsabilidades e dedicação.
f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.	Não aplicável. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é integralmente suportada pela Companhia.
g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.	Não aplicável. A remuneração do Conselho Fiscal é composta somente por remuneração fixa e que não está vinculada à ocorrência de evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

<p>h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:</p>	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam A diretoria da Invepar propõe, o Comitê de RH analisa e produz recomendação ao Conselho de Administração, o Conselho de Administração A delibera. Se houver modificação de critérios, antes da deliberação do CA o tema é submetido à Reunião Prévia de Acionistas.</p> <p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos. A estrutura e a formatação da Remuneração do Conselho Fiscal da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida aos membros do Conselho.</p> <p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da companhia Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de conselhos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado.</p>
--	--

Comitê Não Estatutário de Auditoria	
<p>a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Política de Remuneração da Invepar para o Comitê Não Estatutário de Auditoria busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Comitê, prestadores de serviço a Companhia. Essa Política foi formalmente aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Invepar em 28/06/2018.</p>
<p>b. composição da remuneração, indicando:</p>	<p>(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; A remuneração do Comitê de Auditoria é definida considerando o desempenho econômico-financeiro da Companhia e um adequado alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante. O membro do Comitê recebe unicamente remuneração fixa, sob a rubrica de Pró-Labore, por participação presencial em reunião do referido comitê, não fazendo jus ao recebimento de remuneração variável e benefícios. A remuneração tem por objetivo a aderência da companhia às boas práticas de governança, promover maior</p>

	<p>profissionalização e senioridade no órgão, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional.</p> <p>(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total; No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do Comitê de Auditoria foi 100% do tipo remuneração fixa. Nos anos anteriores os comitês de assessoramento não eram remunerados.</p> <p>(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de conselhos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes.</p> <p>(iv) razões que justificam a composição da remuneração; e A estrutura e a composição da Remuneração do Comitê de Auditoria da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida aos membros do Comitê.</p> <p>(v) a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato</p> <p>Os membros integrantes do Comitê de Auditoria que forem administradores da companhia não fazem jus à percepção de remuneração adicional por participação nos comitês.</p>
<p>c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.</p>	<p>A remuneração do Comitê de Auditoria está associada à participação presencial dos seus membros nas reuniões realizadas no respectivo mês.</p>
<p>d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.</p>	<p>Não aplicável. A remuneração do Comitê de Auditoria não está associada à indicadores de desempenho Corporativos ou pessoais.</p>
<p>e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.</p>	<p>A remuneração do Comitê de Auditoria viabiliza a atração, retenção e o desenvolvimento da prestação de serviços por parte de seus membros, levando em consideração suas competências, responsabilidades e dedicação.</p>
<p>f. existência de remuneração suportada por subsidiárias,</p>	<p>Não aplicável. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é integralmente suportada pela Companhia.</p>

controladas ou controladores diretos ou indiretos.	
g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.	Não aplicável. A remuneração do Comitê de Auditoria é composta somente por remuneração fixa e que não está vinculada à ocorrência de evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.
h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam A diretoria da Invepar propõe, o Comitê de RH analisa e produz recomendação ao Conselho de Administração, o Conselho de Administração delibera. Se houver modificação de critérios, antes da deliberação do Conselho de Administração o tema é submetido à Reunião Prévia de Acionistas.</p> <p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos A estrutura e a formatação da Remuneração do Comitê de Auditoria da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida aos membros do Comitê.</p> <p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da companhia Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de conselhos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado.</p>

Comitê Não Estatutário Financeiro e de Investimentos	
a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Política de Remuneração da Invepar para o Comitê Não Estatutário Financeiro e de Investimentos busca oferecer justa compensação e equilíbrio com as práticas de mercado aos membros do Comitê, prestadores de serviço a Companhia. Essa Política foi formalmente aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Invepar em 28/06/2018.
b. composição da remuneração, indicando:	

	<p>(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; A remuneração do Comitê Financeiro e de Investimentos é definida considerando o desempenho econômico-financeiro da Companhia e um adequado alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante. O membro do Comitê recebe unicamente remuneração fixa, sob a rubrica de Pró-Labore, por participação presencial em reunião do referido comitê, não fazendo jus ao recebimento de remuneração variável e benefícios. A remuneração tem por objetivo a aderência da companhia às boas práticas de governança, promover maior profissionalização e senioridade no órgão, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional.</p> <p>(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total; No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do Comitê Financeiro e de Investimentos foi 100% do tipo remuneração fixa. Nos anos anteriores os comitês de assessoramento não eram remunerados.</p> <p>(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de conselhos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado. Essa avaliação é utilizada como insumo para uma eventual proposta de reajuste a ser apresentada aos órgãos competentes.</p> <p>(iv) razões que justificam a composição da remuneração; e A estrutura e a composição da Remuneração do Comitê Financeiro e de Investimentos da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida aos membros do Comitê.</p> <p>(v) a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato Os membros integrantes do Comitê Financeiro e de Investimentos que forem administradores da Companhia não fazem jus à percepção de remuneração adicional por participação nos comitês.</p>
<p>c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.</p>	<p>A remuneração do Comitê Financeiro e de Investimentos está associada à participação presencial dos seus membros nas reuniões realizadas no respectivo mês.</p>

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.	Não aplicável. A remuneração do Comitê Financeiro e de Investimentos não está associada à indicadores de desempenho Corporativos ou pessoais.
e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.	A remuneração do Comitê Financeiro e de Investimentos viabiliza a atração, retenção e o desenvolvimento da prestação de serviços por parte de seus membros, levando em consideração suas competências, responsabilidades e dedicação na busca pela execução do Plano de Negócios da companhia e o atingimento das metas.
f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.	Não aplicável. A remuneração dos membros do Comitê Financeiro e de Investimentos é integralmente suportada pela Companhia.
g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.	Não aplicável. A remuneração do Comitê Financeiro e de Investimentos é composta somente por remuneração fixa e que não está vinculada à ocorrência de evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.
h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:	<p>i. os órgãos e comitês da companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam A diretoria da Invepar propõe, o Comitê de RH analisa e produz recomendação ao Conselho de Administração, o Conselho de Administração delibera. Se houver modificação de critérios, antes da deliberação do Conselho de Administração o tema é submetido à Reunião Prévia de Acionistas.</p> <p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos</p> <p>A estrutura e a formatação da Remuneração do Comitê de Auditoria da Invepar estão alinhadas com as práticas de mercado e a estratégia definida aos membros do Comitê.</p> <p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da companhia Anualmente, a Invepar contrata consultoria especializada em remuneração de conselhos para avaliar a manutenção e o nível de aderência de suas práticas em relação ao mercado.</p>

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do

conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social Vigente (2019)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	7	4	19
Número de Membros Remunerados	8	7	4	19
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	3.637.238,40	11.100.529,20	599.155,20	15.336.922,80
Salário / Pró-labore	3.031.032	7.908.180	499.296	11.438508
Benefícios diretos e indiretos		1.610.713,21		1.610.713,21
Participação em Comitês				
Outros (INSS)	606.206,40	1.581.636	99.859,20	2.287.701,60
Remuneração Variável previsão 2019		12.538.165		12.538.165
Bônus		10.448.470,86		10.448.470,86
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros (INSS)		2.089.694,17		2.089.694,17
Benefícios pós-emprego		1.610.713,21		1.610.713,21
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
Total da remuneração	3.637.238,40	25.249.407,40	599.155,20	29.485.801

Nota 1: Proposta de valores pendente de aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Nota 2: Valor na linha "outros" correspondente às contribuições para o INSS ônus do empregador e reconhecidas em resultado.

Exercício Social Encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	5,75	4	17,75
Número de Membros Remunerados	8	5,75	4	17,75
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	2.543.277,28	8.514.851,57	542.217,19	11.600.346
Salário / Pró-labore	2.119.397,93	6.653.211,82	451.847,66	9.224.457,41
Benefícios diretos e indiretos		511.559,75		511.559,75
Participação em Comitês				
Outros (INSS)	423.879,55	1.350.080	90.369,53	1.864.329,08
Remuneração Variável previsão 2018		9.822.590,20		9.822.590,20
Bônus		8.185.491,83		8.185.491,83
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros (INSS)		1.637.098,37		1.637.098,37
Benefícios pós-emprego		902.181,20		902.181,20
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		98.296,90		98.296,90
Remuneração baseada em ações				
Total da remuneração	2.543.277,28	19.337.919,87	542.217,19	22.423.414,34

Nota1: Valor na linha "outros" correspondente às contribuições para o INSS ônus do empregador e reconhecidas em resultado.

Exercício Social Encerrado em 31.12.2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	4,5	4	16,5

Número de Membros Remunerados	8	4,5	4	16,5
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	2.413.954	7.567.083	540.280	14.196.819
Salário / Pró-labore	2.011.628	5.611.367	450.233	10.854.475
Benefícios diretos e indiretos		833.443		1.171.450
Participação em Comitês				
Outros (INSS)	402.326	1.122.273	90.047	2.170.895
Remuneração Variável previsão 2017		9.558.247		13.338.978
Bônus		7.600.156		8.834.947
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros (INSS)		1.536.715		1.766.989
Benefícios pós-emprego		421.376		
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		83.417		3.590.549
Remuneração baseada em ações				
Total da remuneração	2.413.954	17.208.747	540.280	20.162.981

Nota1: Valor na linha "outros" correspondente às contribuições para o INSS ônus do empregador e reconhecidas em resultado.

Exercício Encerrado 31.12.2016	Social em	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros		8	5,33	4	17,33
Número de Membros Remunerados		8	5,33	4	17,33
Remuneração Fixa Anual (em R\$)		2.216.664	7.212.450	451.898	9.881.012
Salário / Pró-labore		1.847.220	5.324.960	376.582	7.548.762
Benefícios diretos e indiretos			822.497		822.497
Participação em Comitês					
Outros (INSS)		369.444	1.064.992	75.316	1.509.753

Remuneração Variável realizado 2016		2.413.539		2.413.539
Bônus		2.011.282		2.011.282
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros		402.256		402.256
Benefícios pós-emprego				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		2.234.137		2.234.137
Remuneração baseada em ações				
Total remuneração da	2.216.664	11.860.126	451.898	14.528.688

Nota1: Valor na linha "outros" correspondente às contribuições para o INSS ônus do empregador e reconhecidas em resultado.

13.3 Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais, e prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social em Curso	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	7	4	19
Número de Membros Remunerados	0	7	0	7
Bônus - Valor mínimo previsto no plano de	N/A	4.125.428	N/A	4.125.428
Bônus - Valor máximo previsto no plano de	N/A	12.376.284	N/A	12.376.284
Bônus - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	8.250.856	N/A	8.250.856
Bônus - Valor efetivamente reconhecido	N/A	Ainda não apurado	N/A	Ainda não apurado
Participação no resultado - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor previsto no plano de remuneração - metas	N/A	N/A	N/A	N/A

Participação no resultado - Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----	-----

Exercício Social Encerrado em 31.12.2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	5,75	4	19
Número de Membros Remunerados	0	5	0	5
Bônus - Valor mínimo previsto no plano de	N/A	4.308.896	N/A	4.308.896
Bônus - Valor máximo previsto no plano de	N/A	12.926.688	N/A	12.926.688
Bônus - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	8.617.792	N/A	8.617.792
Bônus - Valor efetivamente reconhecido	N/A	8.185.492	N/A	8.185.492
Participação no resultado - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor previsto no plano de remuneração - metas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social Encerrado em 31.12.2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	4,5	4	19
Número de Membros Remunerados	0	4	0	4
Bônus - Valor mínimo previsto no plano de	N/A	4.417.474	N/A	4.417.474
Bônus - Valor máximo previsto no plano de	N/A	13.252.421	N/A	13.252.421
Bônus - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	8.834.947	N/A	8.834.947
Bônus - Valor efetivamente reconhecido	N/A	7.600.156	N/A	7.600.156
Participação no resultado - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Participação no resultado - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor previsto no plano de remuneração - metas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social Encerrado em 31.12.2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	8	5,33	4	17,33
Número de Membros Remunerados	0	2	0	2
Bônus - Valor mínimo previsto no plano de remuneração (50% do valor alvo)	N/A	3.517.176	N/A	3.517.176
Bônus - Valor máximo previsto no plano de remuneração (150% do valor alvo)	N/A	10.551.527	N/A	10.551.527
Bônus - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	7.034.351	N/A	7.034.351
Bônus - Valor efetivamente reconhecido	N/A	2.011.282	N/A	2.011.282
Participação no resultado - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado - Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) Termos e condições gerais:

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Performance Phantom Stock Options da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 25/05/2017 e em Assembleias Geral Extraordinária realizadas em 21/12/2018 e estabelece os termos e condições conforme os termos abaixo definidos.

O Plano de Incentivo não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme

alterada, ou um plano de ações restritas nos termos praticados pelo mercado e, conseqüentemente, não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia aos Elegíveis.

Em resumo, o plano é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis cujo valor é definido por variáveis financeiras e critérios de outorga e exercício determinado conforme características abaixo.

b) Principais objetivos do plano:

O Plano de Incentivo de Longo Prazo tem por objetivo a concessão de units ("ações" virtuais) a determinado grupo de executivos, visando (i) estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis; (ii) alinhar interesses dos acionistas e executivos; (iii) retenção dos executivos-chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos:

A composição do Plano de Incentivo de Longo Prazo estabelece o interesse mútuo entre acionistas e executivos no alcance de indicadores e resultados definidos no desenho do programa. O alcance e a superação dessas metas geram valor para a companhia e seus acionistas, bem como retorno financeiro na remuneração dos executivos. Além disso, como a manutenção desses profissionais durante o programa é requisito para o recebimento de eventuais recompensas pelo atingimento de resultados, estimula a manutenção dos profissionais na Companhia ao longo dos anos.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O Plano de Incentivo de Longo Prazo se insere na política de remuneração total da Invepar como um dos seus pilares, reforçando os objetivos relativos à retenção de executivos e alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, assim como alinhamento às boas práticas de mercado.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazos:

O Plano de Incentivo de Longo Prazo alinha os interesses no curto, médio e longo prazos na medida em que considera para sua concessão variáveis atreladas à performance na Companhia no período de sua vigência.

f) Número máximo de ações abrangidas:

Não aplicável, pois não há outorga de opções de compra de ações no âmbito do Plano de ILP (Incentivo de Longo Prazo).

O plano da Companhia é baseado em units ("ações" virtuais), em que a quantidade de units concedidas aos executivos é definida considerando o valor da Companhia, sua quantidade de ações, meta de crescimento de valor e targets aplicáveis.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável, pois não há outorga de opções de compra de ações no âmbito do Plano de ILP (Incentivo de Longo Prazo).

O cálculo das units nas outorgas seguirá a metodologia de Expected Growth, onde a meta corresponde ao valor presente (data da outorga) do ganho potencial de uma unit.

Em cada oferta de outorga, o Executivo elegível terá o direito de receber um número de units (opções virtuais) levando-se em consideração seu target anual de remuneração variável de longo prazo e a média do ganho potencial esperado de uma unit.

h) Condições de aquisição de ações:

Não aplicável. O programa de remuneração baseado em ações virtuais acima mencionado não outorga aos executivos opções para adquirir ações da Companhia. Uma vez apurado, o valor devido aos executivos elegíveis no âmbito do referido plano é pago em espécie.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Não aplicável. Como o programa não contempla a outorga de opções de compra de ações, não há que se falar em fixação do preço de aquisição ou exercício de opção.

O Preço da *unit* na data de outorga é definido pela relação entre o valuation da Invepar e a quantidade total de ações existentes por parte da empresa. O valuation da Companhia em 2018 ficou definido pela média de 4 valores: valor do laudo de avaliação da Petros em 31/12/2017; valor do laudo de avaliação da Previ em 31/12/2017; valor do laudo de avaliação da Funcef em 31/12/2017; e valor mínimo de referência para o leilão de recuperação judicial da OAS.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício:

O programa tem vigência de 8 anos, cujo exercício das opções pode ser feito a partir do quarto ano, conforme regra de vesting. A última janela para exercer as opções corresponderá ao oitavo ano desde sua concessão. Vesting progressivo a partir do 4º ano (0, 0, 0, 1/3, 1/3 e 1/3), condicionados às regras de Critérios de Performance para exercer as opções.

k) Forma de Liquidação:

O programa de remuneração de longo prazo acima mencionado contempla pagamento em espécie.

l) Restrições à transferência das ações:

Não se aplica, pois os executivos elegíveis não receberão ações da Companhia.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O programa extinguir-se-á sempre na hipótese de desligamento por iniciativa do executivo elegível, ou no caso de seu desligamento por iniciativa da Companhia motivado por descumprimento de suas obrigações contratuais.

Caso haja um Evento de Liquidez, haverá antecipação de 100% dos valores unvested. Consideraremos evento de liquidez situações como IPO ou alteração da composição do bloco de controle da Invepar envolvendo 50% + 1 ação ordinária.

n) Efeitos de saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Como o programa possui objetivo de retenção, em caso de saída por iniciativa própria, o executivo perde o direito ao programa de incentivo de longo prazo. Em caso de rescisão ou não renovação do contrato por iniciativa da Companhia, sem justa causa, o executivo recebe os valores a que já tenha adquirido direito na época da rescisão ou término do contrato, em conformidade com as regras do Programa.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, e prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente 2019	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº total de membros	8	7
Nº total de membros remunerados	0	-

Preço médio ponderado de exercício:		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	NA	-
b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	-
d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	NA	-

Remuneração baseada exercício social encerrado em 2018	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº total de membros	8	5,75
Nº total de membros remunerados	0	5
Preço médio ponderado de exercício:		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	NA	R\$ 13,78
b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	0
c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	0
d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	NA	NA

Remuneração baseada exercício social encerrado em 2017	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº total de membros	8	4,5
Nº total de membros remunerados	0	5
Preço médio ponderado de exercício:		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	NA	R\$ 14,37
b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	0
c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	0
d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	NA	NA

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 2016	Não aplicável. A Companhia não contava com plano de remuneração baseado em ações durante o exercício social de 2016.
---	---

13.6. Opções de compra de ações em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Opções em aberto ao final do exercício social em encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº total de membros	8	5,75
Nº total de membros remunerados	0	5
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	1.840.101
Data em que se tornarão exercíveis	-	01/01/2020
Prazo máximo para exercício das opções	-	31/12/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	-	NA
Preço Médio ponderado de exercício	-	R\$ 13,78
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 13,78
Opções exercíveis		
Quantidade	0	0
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço Médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Nos últimos 3 exercícios sociais, não existiram opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Explicação do método de precificação do valor das opções:

a. modelo de precificação

No Plano de Incentivo de Longo Prazo, o preço da *unit* na data de outorga é definido pela relação entre o valuation da Invepar e a quantidade total de ações existentes por parte da empresa. O valuation da Companhia em 2018 ficou definido pela média de 4 valores: valor do laudo de avaliação da Petros em 31/12/2017; valor do laudo de avaliação da Previ em 31/12/2017; valor do laudo de avaliação da Funcef em 31/12/2017; e valor mínimo de referência para o leilão de recuperação judicial da OAS.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Com base no modelo de precificação definido no Plano de Incentivo de Longo Prazo, foi utilizado o valor da Companhia em 31/12/2017, no montante de R\$ 5.915.044.620 e o número de ações existentes por parte da empresa, correspondente à 429.171.372 ações. Dessa forma, o preço de exercício da ação da Invepar para o ciclo de 2018 ficou definido em R\$ 13,78. A taxa anual de crescimento esperada da companhia é de 9,7% + IPCA, com valorização média pelo período de *vesting* de R\$ 6,23. O programa tem vigência de 8 anos, cujo exercício das opções pode ser feito a partir do quarto ano, conforme regra de *vesting*.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Como o plano possui objetivo de retenção, não há mecanismo definido em seu escopo que permita ao executivo exercer suas opções antecipadamente. Apenas em casos de eventos de liquidez, haverá antecipação de 100% dos valores *unvested*. Consideraremos evento de liquidez situações como IPO ou alteração da composição do bloco de controle da Invepar envolvendo 50% + 1 ação ordinária.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A taxa de crescimento de valor esperada pela companhia representa a média ponderada pelos valores do *equity* das taxas de retorno aprovadas pelos acionistas da Invepar entre 2008 e 2013.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outra característica incorporada na mensuração do valor da opção.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

No exercício social encerrado em 2018, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal não detinham, direta ou indiretamente, ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas

pela Companhia, pelos seus controladores diretos e indiretos e pelas sociedades controladas ou sob controle comum.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Os membros do conselho de administração da Companhia não são elegíveis ao plano de previdência em vigor.

Conselho de Administração	
Número de membros	8
Número de membros remunerados	0
Nome do plano	Os membros do conselho de administração da Companhia não são elegíveis ao plano de previdência em vigor.
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	
Condições para se aposentar antecipadamente	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	
Possibilidade de resgate antecipado e condições	

Diretoria Estatutária	
Número de membros	7
Número de membros remunerados	7
Nome do plano	BrasilPrev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	No exercício social encerrado em 2018 não havia membros da diretoria estatutária que reunissem as condições necessárias para se aposentar.
Condições para se aposentar antecipadamente	O plano de previdência em vigor estabelece as seguintes condições para se aposentar antecipadamente: ter no mínimo 60 anos de idade, tempo de contribuição mínimo de 01 ano e perda do vínculo com a companhia.

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 1.796.350,60
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 646.544,73
Possibilidade de resgate antecipado e condições	O participante poderá, durante o período de diferimento e após o cumprimento do prazo de carência de 60 dias a contar da data de inscrição, solicitar o resgate antecipado dos valores de sua contribuição. Após o período de vesting de 12 meses, mediante encerramento de vínculo de prestação de serviços, o executivo poderá resgatar 100% dos valores aplicados pela companhia.

13.11. Remuneração média do conselho de administração, da diretoria estatutária, e do conselho fiscal relativa aos 3 últimos exercícios sociais:

A) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2018	8	8	316.884	223.322	317.910
2017	8	8	309.204	229.123	301.744
2016	8	8	324.552	217.524	277.083

B) DIRETORIA ESTATUÁRIA:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2018	5,75	5,75	5.739.273	1.834.866	3.363.116
2017	4,50	4,50	4.375.410	1.908.179	3.441.749
2016	5,33	5,33	2.622.303	1.794.799	2.225.164

C) CONSELHO FISCAL:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2018	4	4	112.962	112.962	135.554
2017	4	4	112.558	112.558	135.070
2016	4	4	94.145	94.145	112.975

Nota 1: Valores referentes ao valor da maior e menor remuneração dos membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração foram considerados com base apenas nos honorários pagos ao longo dos exercícios sociais discriminados, sem a inclusão do INSS.

Nota 2: Os valores das maiores e menores remunerações da Diretoria incluem pró-labore, bônus e benefícios.

Nota 3: O Valor Médio de Remuneração Individual considera o total do item 13.2 dividido pelo número de membros (inclui os 20% de INSS, pagos pela empresa).

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a companhia:

A Companhia possui cláusula de encerramento do contrato antes do prazo sem justa causa, cujas premissas correspondem ao pagamento do valor correspondente à metade do valor total das remunerações mensais fixas faltantes até a data de encerramento do contrato.

A Companhia contrata regularmente seguro de responsabilidade civil para os seus Administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado. A apólice de seguro atual foi contratada junto à seguradora XL SEGUROS BRASIL AS, possui vigência até 04 de maio de 2019 - ocasião em que é renovada por mais um ano - e oferece cobertura para a Invepar, extensiva às suas controladas LAMSA, CLN, CART, LAMBRA, MetrôRio, MetrôBarra, GRUPAR, GRU Airport, PEX, Instituto Invepar e suas subsidiárias, e Via 040. O limite máximo de indenização foi fixado em R\$ 100 milhões e garante proteção ao patrimônio de altos executivos, representantes legais, administradores, Gerentes, Diretores e Conselheiros, por meio de indenização ou reembolso aos que, no exercício de suas funções, sofram qualquer perda indenizável resultante de: reclamação judicial ou administrativa, por decisões que causaram danos involuntários (corporais, materiais ou morais) a terceiros; à Sociedade decorrente exclusivamente de Reclamação de Mercado de Capitais; Erros e Omissões; e Custos de Defesa e indenizações envolvendo Riscos Ambientais. O valor pago a título de prêmio deste seguro foi de R\$ 246.166,54.

A Companhia possui contrato de indenidade firmado com a Diretoria Estatutária em condições usuais de mercado. O contrato estabelece a indenização e isenção de responsabilidade por parte da Diretoria Estatutária da Invepar por toda e quaisquer perdas, danos, despesas, prejuízos, multas e juros, com exceção dos valores eventualmente recebidos por conta de cobertura do contrato de seguro D&O. O Diretor não será indenizado ou isentado das despesas caso seja comprovado dolo, fraude, culpa ou má-fé praticados por ele no exercício de suas funções. A avaliação de eventuais casos indenizatórios será feita por uma Auditoria Interna, a fim de

investigar se as despesas em questão foram decorrentes de atos praticados contra a lei e o Estatuto da empresa. As obrigações do referido contrato possuem valor máximo de R\$ 10 milhões de reais e sua vigência é válida durante o período do seu mandato como Diretor, além do prazo prescricional das ações após o fim do mandato.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, nos 3 últimos exercícios sociais:

Órgão	Exercício Social Encerrado em 31.12.2018
Conselho de Administração	38,67%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.14 Valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Órgão	Exercício Social Encerrado em 2018	Natureza da Remuneração
Conselho de Administração	R\$ 0,00	Não Aplicável
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	Não Aplicável

Órgão	Exercício Social Encerrado em 2017	Natureza da Remuneração
Conselho de Administração	R\$ 0,00	Não Aplicável
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	Não Aplicável

Órgão	Exercício Social Encerrado em 2016	Natureza da Remuneração
Conselho de Administração	R\$ 0,00	Não Aplicável
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	Não Aplicável

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia							
Exercício social encerrado em 2018	Controladores Diretos e Indiretos		Controladas da Companhia		Sociedades sob Controle Comum		Valor Total
	Valor	Natureza	Valor	Natureza	Valor	Natureza	
Conselho de Administração	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00

Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia							
Exercício social encerrado em 2017	Controladores Diretos e Indiretos		Controladas da Companhia		Sociedades sob Controle Comum		Valor Total
	Valor	Natureza	Valor	Natureza	Valor	Natureza	
Conselho de Administração	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00

Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia							
Exercício social encerrado em 2016	Controladores Diretos e Indiretos		Controladas da Companhia		Sociedades sob Controle Comum		Valor Total
	Valor	Natureza	Valor	Natureza	Valor	Natureza	
Conselho de Administração	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00

Demais remunerações recebidas e não relacionadas ao exercício de cargo na Companhia							
Exercício social encerrado em 2018	Controladores Diretos e Indiretos		Controladas da Companhia		Sociedades sob Controle Comum		Valor Total
	Valor	Natureza	Valor	Natureza	Valor	Natureza	
Conselho de Administração							
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Conselho Fiscal							

Demais remunerações recebidas e não relacionadas ao exercício de cargo na Companhia							
Exercício social encerrado em 2017	Controladores Diretos e Indiretos		Controladas da Companhia		Sociedades sob Controle Comum		Valor Total
	Valor	Natureza	Valor	Natureza	Valor	Natureza	
Conselho de Administração							
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Conselho Fiscal							

Demais remunerações recebidas e não relacionadas ao exercício de cargo na Companhia							
--	--	--	--	--	--	--	--

Exercício social encerrado em 2016	Controladores Diretos e Indiretos		Controladas da Companhia		Sociedades sob Controle Comum		Valor Total
	Valor	Natureza	Valor	Natureza	Valor	Natureza	
Conselho de Administração							
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00	Não Aplicável	R\$ 0,00
Conselho Fiscal							

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.